

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Licenciatura em Criminologia



***AS DIFERENÇAS NA EXPRESSÃO DOS TRAÇOS DE PSICOPATIA, INTER-
GÉNERO, EM INDIVÍDUOS CONDENADOS POR CRIME DE ABUSO SEXUAL
DE MENORES***

Liliana Raquel Martins Lopes

Porto, 2023

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Licenciatura em Criminologia



***AS DIFERENÇAS NA EXPRESSÃO DOS TRAÇOS DE PSICOPATIA, INTER-
GÉNERO, EM INDIVÍDUOS CONDENADOS POR CRIME DE ABUSO SEXUAL
DE MENORES***

Liliana Raquel Martins Lopes

Porto, 2023

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Licenciatura em Criminologia



***AS DIFERENÇAS NA EXPRESSÃO DOS TRAÇOS DE PSICOPATIA, INTER-
GÉNERO, EM INDIVÍDUOS CONDENADOS POR CRIME DE ABUSO SEXUAL
DE MENORES***

A Aluna

(Liliana Raquel Martins Lopes)

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos necessários para a obtenção de Grau de Licenciado do curso de Criminologia, sob a orientação do Professor Doutor João Próspero.

Resumo

A psicopatia é uma das perturbações de personalidade mais importantes e mais estudadas em todo mundo, devido à estreita ligação que apresenta com o comportamento criminal (Brown, et. al., 2012; Hicks & Patrick, 2006). Este transtorno de personalidade é considerado um dos mais graves e potencialmente prejudiciais, acarretando consigo diversas consequências, quer para as vítimas, quer para os próprios indivíduos (Leistico, Salekin, Decoster & Rogers, 2008).

Os indivíduos que apresentam esta perturbação de personalidade são caracterizados como egocêntricos, impulsivos, com tendência para comportamento antissocial, sem qualquer tipo de remorsos ou culpa, superficiais e incapaz de demonstrar afeto ou estabelecer relações estáveis com terceiros (Hare, 1991). Neste, sentido os perfis psicológicos destes indivíduos, poderão ser importantes fatores na compreensão da natureza psicocriminogénica do abuso sexual de menores (Lime et. al., 2021). Os traços de personalidade na avaliação de abusadores sexuais de menores são considerados um dos fatores vitais, isto porque certos padrões de personalidade podem desempenhar um papel impulsionador no abuso sexual infantil (Stoll, et. al., 2019). Deste modo, uma das perturbações mais estudadas na avaliação destes indivíduos é a psicopatia.

Diversos autores (e.g., Hogben, 1996; Lilienfeld, 1992) defendem que esta perturbação de personalidade se manifesta de forma diferente entre homens e mulheres, neste sentido, afigura-se essencial um estudo dedicado às diferenças de género na expressão da psicopatia. De acordo com a literatura, os indivíduos do sexo masculino apresentam uma maior tendência a desenvolverem comportamentos antissociais, pois optam por métodos mais violentos para atingirem os seus objetivos, enquanto os indivíduos do sexo feminino tendem a desenvolver um padrão mais histriónico, optando por táticas mais sedutoras (Evangelista, 2015).

A violência sexual representa um grande problema para a saúde pública, causando um grande impacto sobre as vítimas.

A violência (e.g., abuso sexual de menores) exercida sobre as crianças não é um fenómeno recente e representa um grande problema para a saúde pública (Chen, et. al., 2010 cit. In., Verónico, 2015). A exposição da criança a este tipo de violência viola as liberdades e garantias fundamentais, afetando deste modo o bem-estar, saúde e segurança desta (Magalhães, 2005). Neste sentido, abuso sexual de menores é uma das maiores ameaças ao bem-estar, saúde e segurança do menor (Rodrigues, 2017).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Deste modo, o presente projeto de graduação tem por objetivo delinear uma investigação científica com o intuito de analisar e compreender as diferenças de expressão de traços psicopáticos inter-género, em indivíduos condenados por crime de abuso sexual de menores. A nível metodológico, o presente projeto apresenta uma proposta de investigação, de natureza quantitativa, com a aplicação de questionários e escalas a uma amostra reclusa composta por indivíduos do sexo masculino e feminino. Assim neste sentido, pretende-se explorar as diferenças, com base no género, da expressão de traços de psicopatia em indivíduos condenados por crime de abuso sexual de menores.

Palavras-chave: Psicopatia; Género; Abuso sexual; Traços psicopáticos.

Abstract

Psychopathy is one of the most important and most studied personality disorders in the world, due to the close link it has with criminal behavior (Brown, et. al., 2012; Hicks & Patrick, 2006). This personality disorder is considered to be one of the most serious and potentially damaging, bringing with it various consequences, both for the victims and for the individuals themselves (Leistico, Salekin, Decoster & Rogers, 2008).

Individuals with this personality disorder are characterized as self-centred, impulsive, prone to antisocial behavior, lacking any kind of remorse or guilt, superficial and unable to show affection or establish stable relationships with others (Hare, 1991). In this sense, the psychological profiles of these individuals could be important factors in understanding the psychocriminogenic nature of child sexual abuse (Lime et. al., 2021). Personality traits in the assessment of child sexual abusers are considered one of the vital factors, because certain personality patterns can play a driving role in child sexual abuse (Stoll, et. al., 2019). Thus, one of the most studied disorders in the assessment of these individuals is psychopathy.

Several authors (e.g., Hogben, 1996; Lilienfeld, 1992) argue that this personality disorder manifests itself differently in men and women, so a study dedicated to gender differences in the expression of psychopathy is essential. According to the literature, males have a greater tendency to develop antisocial behavior, as they opt for more violent methods to achieve their goals, while females tend to develop a more histrionic pattern, opting for more seductive tactics (Evangelista, 2015).

Sexual violence represents a major problem for public health, causing a great impact on the victims.

Violence (e.g. child sexual abuse) against children is not a recent phenomenon and represents a major public health problem (Chen, et. al., 2010 cit. In., Verónico, 2015). Exposing children to this type of violence violates their fundamental freedoms and guarantees, thus affecting their well-being, health and safety (Magalhães, 2005). In this sense, child sexual abuse is one of the greatest threats to the well-being, health and safety of minors (Rodrigues, 2017).

The aim of this undergraduate project is to carry out a scientific investigation with the aim of analyzing and understanding the differences in the expression of inter-gender psychopathic traits in individuals convicted of child sexual abuse. At a methodological level, this project presents a research proposal of a quantitative nature, with the

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

application of questionnaires and scales to a sample of male and female inmates. The aim is to explore gender-based differences in the expression of psychopathic traits in individuals convicted of child sexual abuse.

Keywords: Psychopathy; Gender; Sexual abuse; Psychopathic traits.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos
condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

*“A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios.
Por isso cante, chore, dance ria e viva intensamente antes que a cortina se feche e peça
termine sem aplausos”*

Charles Chaplin

Agradecimentos

Por todos os momentos de frustração, determinação e perseverança que marcaram este percurso académico, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para este sentimento de missão cumprida:

Aos meus pais, Paula e João, por todo o apoio e carinho. Sem vocês nada disto seria possível.

Ao meu irmão Bruno, que embora seja um casmurro, está sempre lá para me apoiar e nunca me deixar desistir.

Ao Sérgio, ao amor da minha vida, por todo amor, carinho e dedicação. Por ser o meu pilar, e acreditar em mim, quando, nem eu mesma acreditava. Por nunca me deixar desistir mesmo quando tudo parecia impossível. Obrigada por toda a paciência e preocupação. Para sempre os mito.

À minha avó Rosa e ao meu avô Lopes, por todo o amor, carinho e incentivo. Por criarem memórias que o coração irá guardar para sempre. Quem me dera que por um descuido Deus vos fizesse eternos.

À Alice e ao Sérgio, por todo o incentivo e apoio.

Ao meu orientador, Professor Dr. ° João Próspero, por todo apoio prestado e por todos os conhecimentos transmitidos. Obrigada pela constante motivação, paciência e disponibilidade.

Por último, mas não menos importante, à Universidade Fernando Pessoa pela formação proporcionada ao longo destes três anos, e a todos os docentes pela partilha de conhecimentos e apoio prestado.

A todos, o meu muito obrigada.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos
condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Índice

Capítulo I – Enquadramento teórico	16
Introdução.....	16
1. Psicopatia	17
1.2 Enquadramento histórico	19
1.2.1 Primeiras abordagens do conceito da psicopatia	19
1.2.2 Conceções atuais da Psicopatia	22
1.3 Modelo Triárquico da Psicopatia	29
1.4 Psicopatia e Género	33
2. Abuso Sexual de Menores	36
2.1 Introdução	36
2.2 Conceito	37
2.3 Enquadramento Legal.....	39
2.4 Abuso Sexual de Crianças Vs. Pedofilia	42
2.5 Abuso Sexual Intrafamiliar Vs. Abuso Sexual Extrafamiliar	44
2.6 Fatores de Risco	45
2.7 Perfil do abusador sexual.....	47
2.8 Cifras Negras.....	50
Capítulo II – Estudo Empírico.....	52
1.1 Objetivos e hipóteses	52
1.2 Método.....	53
1.3 Participantes	53
1.4 Instrumentos.....	54
1.5 Procedimento.....	55
1.6 Discussão de resultados esperados	56
1.7 Limitações esperadas	59
Considerações finais	60

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos
condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Referências Bibliográficas	61
ANEXOS	72

Índice de Abreviaturas, Acrónimos e Siglas

APA – *American Psychiatric Association*

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

ASPD – *Antisocial Personality Disorder*

CID-10 - Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde

CP – Código Penal

DGRSP – Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

DSM-V – *Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders*

EP – Estabelecimento Prisional

OMS – Organização Mundial de Saúde

PCL – *Psychopathy Checklist*

PCL-R – *Psychopathy Checklist – Revised*

TriPM- *Triarchic Psychopathy Measure*

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos itens da PCL-R, Modelo de dois fatores (Hare, 1991).

Tabela 2 – Distribuição dos itens da PCL-R, Modelo de três fatores (Cooke & Michie, 2001).

Tabela 3 – Distribuição dos itens da PCL-R, Modelo de quatro fatores (Hare, 2003).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Índice de anexos

Anexo A – Modelo Triárquico da Psicopatia.

Anexo B – Formulário de Consentimento Informado

Capítulo I – Enquadramento teórico

Introdução

O presente projeto de graduação tem como finalidade analisar e compreender as diferenças de género na expressão de traços de psicopatia em indivíduos condenados por crime de abuso sexual de menores.

A psicopatia pode ser conceptualizada como uma patologia clínica com início em idade precoce e de carácter duradouro (Evangelista, 2015). Este conceito engloba um conjunto de características específicas do domínio interpessoal, afetivo e comportamental (e.g., défice ao nível da empatia; défice no controlo dos impulsos; crueldade e manipulação; Hare, 1991). A expressão deste tipo de características tende a ser associada à prática de comportamentos antissociais e criminais, levando muitas vezes à reincidência (Skeem et. al., 2011).

O abuso sexual de menores é um tema bastante complexo devido aos inúmeros conceitos que constituem a sua definição. Este tipo legal de crime é um problema de extrema gravidade, sendo alvo de constante debate e de inúmeras preocupações na comunidade científica (Carmo, Alberto & Guerra, 2006). A crescente mediatização face a este tema levanta diversas questões no que diz respeito ao eventual perfil de um abusador sexual de menores. Embora a literatura apresente um consenso no que respeita ao género do abusador sexual (i.e., homem), importa salientar que existem abusadores sexuais de menores do sexo feminino. A falta de informação sobre este tópico (i.e., as mulheres como perpetradoras de crimes sexuais) pode surgir (além das questões culturais e sociais), da maior facilidade de as mulheres ocultarem situações abusivas. Deste modo, as estatísticas oficiais dos crimes apresentam números subestimados no que toca à perpetração deste crime por parte de mulheres, contribuindo para um aumento das cifras negras. Neste sentido, seria pertinente a realização de investigações neste âmbito, de modo a elaborar planos de intervenção adequados.

Os abusadores sexuais são caracterizados, de forma genérica, por apresentarem défices de processamento emocional, assim como comportamentos agressivos e violentos (Blackburn, 1993). Estas características parecem enquadrar-se dentro de um conjunto de traços comumente associados à psicopatia (i.e., falta de culpa e remorsos, charme superficial, impulsividade; Hare, 1991). Neste sentido, importa estudar a possível ligação entre os traços de psicopatia e o abuso sexual de menores. As diferenças de expressão

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

deste tipo de traços inter-género, em conjunto com a superficialidade dos dados conhecidos sobre a prevalência deste tipo de crimes em indivíduos do sexo feminino, destaca a relevância de um estudo que se ocupe de conhecer estes fenómenos.

O presente projeto encontra-se estruturado em duas partes. A primeira parte consiste no enquadramento teórico e engloba dois grandes tópicos: Psicopatia e Abuso sexual de Menores. Neste sentido, será feita uma revisão da literatura em ambos os tópicos, elencando conceitos, enquadramento histórico, bem como as diferenças de género subjacentes a ambos os fenómenos. A segunda parte é constituída pelo planeamento de um estudo empírico, onde é planificada uma proposta de investigação de cariz quantitativo. Inicialmente serão descritos os protocolos, a metodologia e, posteriormente, os resultados esperados e as possíveis limitações do estudo. O objetivo desta investigação passa por contribuir para o conhecimento nestas áreas de modo a auxiliar uma intervenção mais eficiente e eficaz nos indivíduos com traços de psicopatia, em ambos os géneros, reduzindo, deste modo, a reincidência existente pelos crimes desta natureza.

1. Psicopatia

A psicopatia, ao longo das décadas, tem sido um dos assuntos mais complexos e controversos de investigação.

A palavra “Psicopatia”, originária do grego, significa “sofrimento da mente” e é uma junção das palavras gregas *psykh* (mente) e *pathos* (sofrimento).

Este fenómeno é uma das perturbações da personalidade mais importantes e mais estudadas tanto para a ciência psicológica (Skeem, et al., 2011), como para a criminologia, devido à estreita ligação que, historicamente, apresenta com o comportamento criminal (e.g. Brown, Sherbenou, & Johnsen, 2012; Hicks & Patrick, 2006), sendo também, em parte, como reflexo do impacto negativo que as características que lhes são associados têm na comunidade (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Nos diversos estudos existentes sobre a criminalidade, faz-se referência a determinados indivíduos que dispõem, de forma contínua, uma propensão para a agressão, seja ela física, emocional ou psicológica, assim como comportamentos hostis e manipuladores (Soeiro & Gonçalves, 2010). De acordo com Soeiro & Gonçalves (2010) a identificação de indivíduos responsáveis por agressões contínuas, caracterizadas como irresponsáveis e cruéis e sem qualquer patologia mental, reúnem os indicadores

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

necessários para se inserirem num diagnóstico de psicopatia. Indo também ao encontro da perspectiva destes autores a psicopatia manifesta-se em comportamentos associados a fatores biológicos e ambientais (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Na perspectiva de Cleckley (1988), este afirma que a psicopatia é um distúrbio generalizado da personalidade caracterizado por insensibilidade, narcisismo, ausência de empatia e remorsos. Por sua vez, Hare (1991) afirma que o conceito da psicopatia se refere a um conjunto de características específicas afetivas (e.g., falta de culpa, de empatia e de ligações emocionais com os outros), interpessoais (e.g., narcisismo e charme superficial) e comportamentais (e.g., desonestidade, impulsividade, manipulação e a aceitação de riscos imprudentes).

A expressão deste tipo de características específicas, tende a ser associada à prática de comportamentos antissociais (Soeiro e Gonçalves, 2010), criminais e muitas vezes associado à reincidência (Skeem et. al., 2011).

Ao longo dos anos, a definição deste conceito foi alvo de diversas influências, quer na sua evolução científica, quer ao nível da linguagem de senso comum, onde muitas vezes o termo “psicopata” surgia como sinónimo de “louco” ou “criminoso” (Goncalves, 1999b, cit. In., Soeiro & Gonçalves, 2010).

Assim, obter uma definição clara e objetiva do termo psicopatia é algo fundamental quer para a compreensão do fenómeno, quer para a sua investigação, assim como avaliação, diagnóstico, intervenção e replicabilidade de resultados referente as perturbações de personalidade em diferentes contextos (Gonçalves, 1999b). Este é ainda um fenómeno de extrema importância e utilidade para a descrição de determinados padrões comportamentais e emocionais (Hare & Neumann, 2008), contudo esta definição reveste-se de grande complexidade e de grande divergência.

Face ao exposto, e de modo a compreender melhor o fenómeno da psicopatia e o seu desenvolvimento científico ao longo das décadas, é relevante efetuar uma contextualização histórica à cerca do mesmo.

1.2 Enquadramento histórico

1.2.1 Primeiras abordagens do conceito da psicopatia

Ao longo dos anos, foram vários os autores que se debruçaram sobre o conceito da psicopatia, pelo que este conceito se reveste de grande complexidade e diversas influências.

Ao analisar o desenvolvimento do conceito da psicopatia é essencial referir o trabalho de Pinel. Phillipe Pinel, considerado o pai da psiquiatria moderna, foi um médico francês influenciado pelas ideias do iluminismo e da revolução francesa, que através do seu trabalho apresentou as primeiras descrições científicas de padrões comportamentais e emocionais que nos dias de hoje é denominado de psicopatia (Arrigo & Shipley, 2001; Vaugh & Howard, 2005). Por volta de 1809, Pinel através da sua obra *“The Treatise on Insanity”*, introduziu o conceito de *“manie sans délire”* (i.e., mania sem delírio). Este termo foi utilizado para descrever o quadro de alguns indivíduos que agiam de forma impulsiva, e se envolviam em comportamentos de extrema violência, quer para com os outros quer para consigo próprios. Embora apresentassem estes comportamentos agressivos, apresentavam um perfeito entendimento da irracionalidade das suas ações, não existindo qualquer défice ao nível das funções intelectuais, imaginação ou memória. Através deste termo, Pinel descreve indivíduos que, demonstrassem características comuns aos quadros de mania, estes não deveriam ser considerados como delirantes, pois não possuíam delírios nem défices cognitivos (Arrigo & Shipley, 2001; Hare, 1993)

Em 1835, surge um novo termo – *“moral insanity”* (i.e., insanidade moral) – associado ao conceito de psicopatia.

James Pritchard, psiquiatra inglês, utilizou o termo *“moral insanity”* para fazer referência a um grupo de indivíduos cuja moralidade e os princípios de conduta estavam severamente degenerados, refletindo-se o envolvimento em comportamentos de natureza antissocial (Soeiro & Gonçalves, 2010). Embora estes indivíduos, compreendessem antecipadamente as consequências das suas ações, seduzidos por alguns afetos dominantes, enveredavam pela transgressão das normas sociais (Santos, 2017). Proveniente da escola ambientalista, Pritchard foi o primeiro a atribuir a esta perturbação uma origem com base na influência do meio, assim sendo, recorrendo a medidas ambientais, de forma a lidar com esta perturbação propôs a possibilidade da integração destes indivíduos (i.e., com perturbações nas faculdades morais, com perversão mórbida

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

dos sentimentos naturais, nos afetos e no carácter; Magro & Sanchez, 2005) num ambiente adequado de modo a ultrapassar o problema (Cantero, 1993). Esta perspetiva destaca a importância da influência do meio na compreensão do fenómeno da psicopatia (Cantero, 1993). Contudo, deste conceito (i.e., insanidade moral) várias críticas surgiram de diversos autores (e.g., Koch, 1891 & Kraepelin, 1896).

A utilização do termo “*moral insanity*” foi colocada em causa, uma vez que, este termo surgia associado a outras anomalias psíquicas que não integravam a psicopatia nem as características ligadas aos traços de psicopatia (i.e., padrão manipulador, enganador, insensível e sem remorsos) (Soeiro & Gonçalves, 2010). Outras das críticas, foi a utilização do conceito “moral”, que recebeu críticas de vários autores desde a área jurídica até à religiosa. Um outro ponto gerador de controvérsia foi o facto de o autor utilizar o termo “moralidade”, sem esta estar relacionada com o conceito real de moralidade.

Apesar dos avanços destes autores, o termo “psicopata” apenas foi introduzido no final do século XIX, pelo psiquiatra alemão Koch.

Koch, em 1888 apresentou uma nova proposta de conceito (i.e., “Inferioridade psicopática”) para esta perturbação de personalidade (Soeiro & Gonçalves, 2010). A este novo termo, Koch incluiu um conjunto diversificado de condições crónicas (e.g., défices mentais, distúrbios de carácter), referindo que alguns indivíduos apresentavam comportamentos anormais devido à hereditariedade, mas que não eram loucos, salientando que estas perturbações tinham uma origem inata e orgânica que comprometia as faculdades mentais do indivíduo (Arrigo & Shirpley, 2001 cit. In., Cardoso, 2020). Embora tenha sido Koch a cunhar o termo Psicopatia, a sua definição do conceito é distinta de todas as outras apresentadas pelos outros autores. Neste sentido, apenas se aproveitou o termo para outras definições do conceito.

Mais tarde, outro termo surgiu introduzido por Emil Kraepelin. Kraepelin, psiquiatra alemão, que ao longo do seu trabalho de reflexão acerca do conceito de psicopatia, introduziu o termo “Personalidade psicopática” para explicar a forma do desenvolvimento da personalidade que se refletia em alterações de conduta (Margo & Sanchez, 2005). Este é um termo utilizado atualmente (Soeiro & Gonçalves, 2010). Esta designação, de acordo com Lykken (1995), é parte integrante de uma tipologia de treze categorias base, desenvolvidas por Kraepelin, que procurava descrever um tipo de indivíduos com indicadores de comportamento criminal anormal ou imoral (Soeiro & Gonçalves, 2010).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

É já no início do século XX, que surgem importantes desenvolvimentos no estudo da psicopatia (Cantero, 1993 cit. In., Soeiro & Gonçalves, 2010). Kurt Schneider, prestigiado psiquiatra alemão conhecido pelo seu trabalho em relação ao diagnóstico e compreensão da esquizofrenia e da personalidade psicopática, elabora um conceito e classificação do que é para ele a personalidade psicopática, definindo-a na sua essência como sendo inata e constitucional.

Schneider utilizou o termo “Personalidade psicopática”, como uma entidade integradora para descrever certas patologias, expondo uma clara distinção entre os conceitos de doença mental e de psicopatia, afirmando que era incorreto definir como doença mental uma perturbação que tem por base traços psíquicos (Cantero, 1993 cit. In., Soeiro & Gonçalves, 2010). Nesta perspetiva elaborada por Schneider, a psicopatia estaria relacionada com desvios significativos das características normais da personalidade, salientando a importância dos aspetos pré-disposicionais (Gonçalves, 1999a cit. In., Soeiro & Gonçalves, 2010).

Deste modo, Schneider classificou as personalidades psicopáticas em dez categorias: (1) Hipertímicos (i.e., temperamento ativo, são alegres e otimistas, facilmente influenciáveis e infieis); (2) Depressivos (i.e., pessimistas, negam a vida e as coisas boas que esta pode trazer); (3) Inseguros (i.e., baixa autoconfiança, depressivos, postura rígida e arrogante); (4) Fanáticos (i.e., sobrevalorização, personalidades ativas); (5) Carentes de valor (i.e., agem de modo excêntrico, necessitam de atenção dos outros); (6) Lábeis de humor (i.e., permanente oscilação de humor, depressivos); (7) Explosivos (i.e., reações explosivas); (8) Apáticos (i.e., carentes, frios e cruéis nos seus atos); (9) Abúlicos (i.e., bastante influenciáveis, facilmente seduzidos pelos outros e pelas situações); (10) Asténicos (i.e., exagerada auto-observação) (Santos, 2017). Este trabalho elaborado por Schneider corresponde a uma tentativa de precisão de diagnóstico da psicopatia e partiu do contributo de outros autores já referidos (i.e., Koch & Kraepelin).

Através da contribuição de vários autores, na sua maioria médicos, pode-se verificar que o conceito da psicopatia surgiu dentro da área da medicina legal, onde diversos médicos se depararam com muitos criminosos agressivos, mas que em contrapartida não apresentavam quaisquer sintomas normais de insanidade (Hare & Neumann, 2008).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Inicialmente este conceito e o seu estudo estavam muito associados a populações de reclusos, contudo a conceção moderna da psicopatia, apresentada em seguida, não se limita a populações prisionais (Wilkowski & Robinson, 2008).

1.2.2 Conceções atuais da Psicopatia

As conceções atuais do conceito de psicopatia começaram por se fundamentar em critérios clínicos.

Harvey Cleckley, psiquiatra norte-americano, concebeu uma das contribuições mais importantes para a atual definição do que é a psicopatia, sendo o seu livro *“The Mask of Sanity”* (i.e., A Máscara da Sanidade), publicado originalmente em 1941, uma das maiores influências clínicas da psicopatia do século XX.

Cleckley, ao longo da sua carreira clínica, observou inúmeros casos de pacientes com patologia mental associada, e dessa observação evidenciou que, um grupo de pacientes apresentavam um perfil único caracterizado pelas suas características afetivas e interpessoais (e.g., baixa ansiedade, incapacidade de sentir vergonha ou culpa, superficialidade emocional, comportamento impulsivo e irresponsável) (Evangelista, 2015).

Através da sua obra *“The Mask of Sanity”*, Cleckley procurou dissociar o conceito de psicopatia do comportamento criminal, enfatizando as características de personalidade e os comportamentos atípicos presentes nos indivíduos (Wilkowski & Robinson, 2008). Cleckley retratou os psicopatas como indivíduos profundamente perturbados, quer nas suas relações interpessoais, quer em sociedade, afirmando ainda que estes estão camuflados por uma convincente “máscara de sanidade”, que não é de todo coerente com os seus comportamentos e atitudes. Esta “máscara de sanidade” refere-se à tendência dos psicopatas se exibirem, inicialmente, como indivíduos confiantes, coerentes e amáveis, em contraste com a maioria dos pacientes psiquiátricos, contudo apesar desta aparente sanidade, ao longo do tempo acabam por revelar uma patologia grave subjacente que se exprime através das suas ações e atitudes (Skeem, et. al., 2011).

Cleckley, para conseguir distinguir o que é considerado como psicopatia, apresenta o termo “demência semântica” para descrever o que considerou ser um défice na compreensão das respostas afetivas, que caracteriza estes indivíduos, que resulta em características como a mentira, tendência à hipocrisia, comportamento antissocial motivado pela falta de remorsos (Henriques, 2009).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Para uma melhor integração deste conceito, Cleckley (1976) apresentou um perfil da psicopatia, onde apresenta os traços mais significativos desta perturbação, através de uma descrição de 16 características base: (1) Charme superficial e boa inteligência; (2) Ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional; (3) Ausência de nervosismo ou de manifestações psiconeuróticas; (4) Não confiabilidade; (5) Tendência à mentira e hipocrisia; (6) Falta de remorso ou vergonha; (7) Comportamento antissocial inadequadamente motivado; (8) Juízo empobrecido e falha em aprender com a experiência; (9) Egocentrismo patológico e incapacidade para amar; (10) Pobreza generalizada em termos de reações afetivas; (11) Perda específica de intuição (*insight*); (12) Falta de reciprocidade nas relações interpessoais; (13) Comportamento fantasioso e pouco recomendável com ou sem ingestão de bebidas alcoólicas; (14) Ameaças de suicídio raramente cumpridas; (15) Vida sexual impessoal, trivial e pouco integrada; (16) Incapacidade para seguir qualquer plano de vida.

Observa-se, deste modo, que as características enunciadas pelo autor não qualificam os psicopatas como loucos, explosivos ou violentos, cruéis ou perigosos, desvinculando assim o conceito de psicopatia dos comportamentos delituosos (Silva, Rijo & Salekin, 2012 cit. In., Cardoso, 2020). Além disso, através do seu trabalho constatou-se que os psicopatas não se encontram apenas nas prisões, mas também se podem encontrar perfeitamente inseridos na sociedade, em posições mais respeitadas, como em altos cargos profissionais (Cleckley, 1941, cit. In., Cardoso, 2020). Como tal, foi atribuída a denominação de “*mal-sucedidos*” para os psicopatas em ambientes prisionais e, “*bem-sucedidos*” para aqueles psicopatas sem qualquer contacto com a justiça (Raine, et. al., 2004 cit. In., Cardoso, 2020).

O trabalho descritivo de Cleckley inspirou o diagnóstico do DSM-II (i.e., Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais da Associação Psiquiátrica Americana) de “Transtorno de Personalidade, Tipo Antissocial” (APA, 1968), contudo, assim como outras descrições de transtornos de personalidades presentes no DSM, a caracterização desses indivíduos era bastante vaga. Para além disso, alguns investigadores (e.g., Lilienfeld, Purcell, e Jones-Alexander, 1997), consideravam que o comportamento antissocial não era necessário nem suficiente para o diagnóstico da psicopatia e exigia avaliação clínica considerável, o que gerava preocupações de fiabilidade entre os avaliadores (Skeem, et. al., 2011).

Na sequência do trabalho de Cleckley surgem outros autores, nomeadamente, McCord e McCord (1964) e Lee Robins (1966); estes foram os primeiros autores

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

conhecidos a falar do conceito de psicopatia na ótica criminal, sendo aqui um dos pontos de ligação entre a psicopatia e o crime. Contrariamente a Cleckley, que estudou o conceito de psicopatia através de pacientes psiquiátricos, estes autores estudaram o conceito em amostras criminais, traduzindo-se uma maior incidência dos comportamentos antissociais nas suas definições de psicopatia (Skeem, et. al., cit. In. Diogo, 2022).

A conceção da psicopatia na visão destes autores é uma psicopatia mais perturbada e desajustada, com características mais hostis, agressivas, impulsivas e com uma tendência à exploração parasitária (Skeem, et. al., 2011).

McCord e McCord (1964) realizaram uma extensa revisão da literatura já existente relativa ao construto da psicopatia, que resultou na identificação de um conjunto de seis características que melhor definem esta perturbação (Soeiro & Gonçalves, 2010): (1) isolamento social; (2) guiar-se por desejos incontroláveis; (3) impulsividade elevada; (4) agressividade; (5) fraca capacidade para sentir culpa e empatia; (6) capacidade deturpada de amar (Evangelista, 2015). Os autores ressaltam ainda que o baixo sentimento de culpa e empatia destes indivíduos os leva a tratar os outros como objetos; de modo a serem um meio para atingir um fim (Miller & Lynam, 2015 cit. In., Evangelista, 2015). Na ótica destes autores, o indivíduo psicopata possui uma personalidade desajustada e guiada por uma procura intensa de sensações, apresentando, de igual forma, grandes défices afetivos (Soeiro & Gonçalves, 2010). Assim, na perspetiva destes autores, a “ausência de amor” e de “sentimentos de culpa” são características que se encontram fortemente ligadas aos indivíduos com psicopatia (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Embora estes autores considerassem o comportamento criminal como sendo frequente e diversificado nestes indivíduos, estes não observavam tal comportamento como sendo inevitável no seio do conceito da psicopatia (Hervé, 2007 cit. In., Skeem et. al., 2011).

Lee Robins (1966), socióloga norte-americana, ao longo do seu trabalho faz também referência ao comportamento antissocial, caracterizando-o como agressivo persistente e precoce. Através de estudos realizados, a autora partiu para uma descrição comportamental da psicopatia, focalizada nos comportamentos observáveis, que serviu de suporte para uma descrição mais sucinta da sintomatologia da *Antisocial Personality Disorder* (ASPD) presente no DSM-III (i.e., Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais III) (APA, 1980 cit. In., Skeem, et al., 2011). Robins teve como objetivo clarificar o diagnóstico de psicopatia de modo a obter um diagnóstico mais fiável

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

e objetivo para esta perturbação. Para tal, excluiu os indicadores que poderiam remeter para o diagnóstico de esquizofrenia, atraso mental ou para comportamentos antissociais relacionados com o consumo de substâncias (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Em suma, através do desenvolvimento do seu trabalho ao longo dos anos, este resultou num diagnóstico de psicopatia baseado em aspetos comportamentais que podem ser observados e medidos, não considerando os fatores de natureza clínica (Soeiro & Gonçalves, 2010). Segundo Robins, estes aspetos comportamentais antissociais (e.g., mentir de forma frequente; absentismo escolar; violência; roubo; agressividade) mantinham-se desde a infância até à idade adulta, sendo que se tornavam cada vez mais persistentes e evoluíam para problemas mais complexos (e.g., ausência de responsabilidade financeira; incapacidade para projeção de vida futura; atividade criminal). Ao nível emocional e afetivo foi destacada a ausência de remorsos e sentimentos de culpa e a ausência afetiva para com os outros (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Outro autor, que também foi considerado um dos principais impulsionadores do desenvolvimento do conceito da psicopatia e que mais contribuiu no estudo do conceito foi Robert Hare (Soeiro & Gonçalves, 2010).

Robert Hare, psicólogo canadiano, desenvolveu a sua pesquisa tendo por base o trabalho desenvolvido anteriormente por Harvey Cleckley (1941) e por McCord e McCord (1964) no construto da psicopatia. Este autor, por meio da análise dos estudos feitos por Cleckley, tentou sistematizar o processo de avaliação da psicopatia (Skeem et. al., 2011).

De acordo com Soeiro e Gonçalves (2010), Hare contrariamente a outros autores (e.g., Levenson, Kiehl, & Fitzpatrick, 1995 e Ross, Lutz, & Bailley, 2004) que apresentavam uma divisão da abordagem tipológica da psicopatia dividindo os psicopatas em dois tipos de indivíduos, este considera o conceito de psicopatia unidimensional.

Influenciado pelo trabalho clínico de Cleckley, na década de 1980, Hare criou uma primeira versão de uma escala de diagnóstico da psicopatia, denominada de “*Psychopathy Checklist*” (PCL; Hare, 1980); posteriormente em 2003, foi realizada uma revisão da mesma passando a ser denominada “*Psychopathy Checklist-Revised*” (PCL-R; Hare, 1991; Hare & Neumann, 2006). Esta escala, que incorpora traços da personalidade e comportamentos antissociais, baseada em observações clínicas, viria a ser considerado instrumento padrão para a avaliação da psicopatia. Para a sua construção, Hare fez uso da sua experiência clínica, elaborou critérios que refletem as várias características de personalidade enunciadas por Cleckley e estabeleceu alguns critérios

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

ainda mais exaustivos, assim como diferentes comportamentos antissociais (Hare & Neumann, 2008).

A primeira versão da PCL (Hare, 1991) é composta por uma escala de 20 itens para a avaliação concisa dos traços de personalidade inferidos e comportamentos associados à psicopatia. Esta é utilizada seguindo uma entrevista semiestruturada que aborda diversos aspetos da vida do participante. Cada item de avaliação presente na *checklist* é avaliado numa escala de três pontos (i.e., 0-1-2), sendo atribuído 0 se o item não se aplicar ao participante, 1 se o item se aplicar parcialmente e 2 se o item se aplicar totalmente (Santos, 2017). A cotação final é calculada através da soma da pontuação individual de cada item, sendo a cotação máxima 40 pontos. O indivíduo é considerado psicopata se a sua avaliação corresponder a valor superior ou igual a 30 pontos, psicopata moderado entre 20 e 29 pontos e não psicopata quando a sua cotação é inferior a 20 pontos. Esta avaliação deve, preferencialmente, ser realizada presencialmente e complementada com informação externa, baseada em registos, acerca do modo de vida e comportamento do sujeito em estudo.

Segundo esta escala, a psicopatia é concebida através da existência de dois fatores correlacionados (tabela 1): Fator 1 (i.e., características interpessoais e afetivas) e Fator 2 (i.e., Desviância Social).

Fator 1	Fator 2
1 – Loquacidade/volubilidade/encanto superficial	3 – Necessidade de estimulação/tendência para o tédio
2 – Sentido grandioso do valor de si próprio	9 – Estilo de vida parasita
3 – Mentir patológico	10 – Deficiente controlo comportamental
4 – Estilo manipulativo	12 – Comportamento problemático precoce
6 – Ausência de remorsos ou sentimentos de culpa	13 – Ausência de objetivos realistas
7 – Superficialidade afetiva	14 – Impulsividade
8 – Frieza/ausência de empatia	15 – Irresponsabilidade
16 – Não acatamento de responsabilidades pelas suas ações	16 – Delinquência juvenil
	19 – Revogação de medidas alternativas ou flexibilizadoras da pena de prisão
11 – Comportamento sexual promíscuo	
17 – Relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração	
20 – Versatilidade criminal	

Tabela 1 – Distribuição dos itens da PCL-R, Modelo de dois fatores (Hare, 1991).

Fonte: Psicologia Forense – Instrumentos de Avaliação (Simões, Almeida & Gonçalves, 2017).

De acordo com a tabela 1, dentro do fator da dimensão interpessoal-afetiva (i.e., fator 1) são destacadas características como manipulação; charme superficial; arrogância; grandiosidade; mentira inata; incapacidade de estabelecer relações afetivas; ausência de empatia, culpa ou remorsos. Já no que diz respeito ao fator 2 (i.e., desviância social) é

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

destacada a impulsividade; ausência de objetivos e a tendência para o desrespeito das normas.

Este autor (Hare, 1991) caracteriza indivíduo psicopata como alguém incapaz de demonstrar compaixão ou preocupação genuína pelo outro e que, por meio da manipulação dos outros, tenta satisfazer os seus próprios desejos e necessidades. Marcados por um charme superficial, estes indivíduos são capazes de persuadir os outros, convencendo-os da sua inocência ou motivação para mudar (Gonçalves, 2010). Contudo, para Hare é importante salientar que, apesar do indivíduo psicopata ter tendência para a transgressão das normas sociais, muitas vezes este consegue evitar o contacto formal com o sistema judicial, o que leva o autor a reconhecer que a psicopatia e crime não são sinónimos (Evangelista, 2015).

Ao longo dos anos emergiram novos modelos estruturais da PCL-R, isto porque alguns investigadores (i.e., Cooke & Michie, 2001) debatendo-se sobre a centralidade do comportamento criminal na definição da psicopatia, criticaram o modelo. Cooke e Michie (2001) não consideram o comportamento criminal com um elemento central da psicopatia, mas sim como uma consequência que advém dos défices interpessoais e afetivos típicos do transtorno. Outros autores também contestaram o caminho uni operacional que este modelo segue. Neste seguimento, Cooke & Michie (2001), desenvolveram um modelo alternativo (i.e., modelo de três fatores).

Este modelo alternativo da PCL-R (tabela 2) é composto por três fatores/facetas: Interpessoal (fator 1 – relativo a aspetos de natureza interpessoal), Afetivo (fator 2 – relativo a aspetos afetivos) e Impulsivo (fator 3 – relativo a indicadores de natureza comportamental).

Fator 1	Fator 2	Fator 3
1 - Loquacidade/volubilidade/ /encanto superficial	6 - Ausência de remorsos ou sentimentos de culpa	3 - Necessidade de estimulação/ /tendência para o tédio
2 - Sentido grandioso do valor de si próprio	7 - Superficialidade afetiva	9 - Estilo de vida parasita
4 - Mentir patológico	8 - Frieza/ausência de empatia	13 - Ausência de objetivos rea- listas
5 - Estilo manipulativo	16 - Não acatamento de respon- sabilidades pelas suas ações	14 - Impulsividade 15 - Irresponsabilidades

Tabela 2 – Distribuição dos itens da PCL-R, Modelo de três fatores (Cooke & Michie, 2001).

Fonte: Psicologia Forense – Instrumentos de Avaliação (Simões, et. al., 2017).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Assim, para Cooke e Michie (2001), para definir psicopatia é necessário considerar o conjunto destes três fatores (Soeiro & Gonçalves, 2010). É ainda de salientar que este modelo propõe a exclusão de alguns itens relacionados com o comportamento criminal (e.g., delinquência juvenil, versatilidade criminal), argumentando uma falta de acordo relativamente à integração do comportamento antissocial como componente fundamental da definição de psicopatia (Filho, Teixeira & Almeida, 2014). A grande diferença apresentada por Cooke e Michie (2001) centra-se não só na eliminação dos itens relacionados ao comportamento criminal, mas também na adição de um novo fator (i.e., fator 3) relativo a indicadores de natureza comportamental (e.g., ausência de objetivos realistas, procura de sensações fortes, irresponsabilidade, impulsividade e estilo de vida parasita).

Posteriormente, Hare (2003), como resposta a este novo modelo implementado por Cooke e Michie (2001), propôs uma nova conceptualização do modelo PCL-R (i.e., modelo de quatro fatores). Hare apresenta um novo modelo de quatro fatores que engloba os três fatores, anteriormente propostos por Cooke e Michie (2001) (i.e., interpessoal, afetivo e impulsivo), e acrescenta um quarto (i.e., antissocial; tabela 3).

Este quarto fator considera os indicadores relativos ao comportamento antissocial, englobando características relativas ao deficiente controlo comportamental, versatilidade criminal e delinquência juvenil.

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4
1 – Loquacidade/volubilidade/encanto superficial	6 – Ausência de remorsos ou sentimentos de culpa	3 – Necessidade de estimulação/tendência para o tédio	10 – Deficiente controlo comportamental
2 – Sentido grandioso do valor de si próprio	7 – Superficialidade afetiva	9 – Estilo de vida parasita	12 – Comportamento problemático precoce
4 – Mentir patológico	8 – Frieza/ausência de empatia	13 – Ausência de objetivos realistas	18 – Delinquência juvenil
5 – Estilo manipulativo	16 – Não acatamento de responsabilidades pelas suas ações	14 – Impulsividade	19 – Revogação de medidas alternativas ou flexibilizadoras da pena de prisão
		15 – Irresponsabilidade	20 – Versatilidade criminal
		11 – Comportamento sexual promíscuo	
		17 – Relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração	

Tabela 3 – Distribuição dos itens da PCL-R, Modelo de quatro fatores (Hare, 2003).

Fonte: Psicologia Forense – Instrumentos de Avaliação (Simões, et. al., 2017).

Importa ainda salientar que mesmo com o surgimento de novos modelos de conceptualização da psicopatia é o modelo inicial da PCL-R (i.e., Modelo de dois fatores) que permanece o mais utilizado e investigado (Skeem et. al., 2011).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Embora o modelo PCL-R seja o modelo mais consensual, este não está isento de críticas (Fulero, 1995; Vitacco, et. al., 2005; Westen & Weinberger, 2004, cit. In., Skeem, et. al., 2011). As altas pontuações obtidas na *checklist* demonstram que existem fortes associações positivas com as medidas da impulsividade, agressividade, comportamento criminoso persistente e déficit afetivo (Hare, 1991, 2003 cit. In., Skeem, et. al., 2011). Estas surgem devido à escala da PCL-R ter sido desenvolvida e idealizada para amostras criminais e não para a população em geral (Skeem, et. al., 2011). A construção do modelo com base em amostras criminais acaba por incluir, conseqüentemente, itens específicos relacionados com crime (e.g., versatilidade criminal; manipulação; problemas de comportamento), causando um problema de sobreposição preditor-critério (Skeem, et. al., 2011).

No ponto de vista Cooke e Michie (2001), a controvérsia que se gera em volta da integração dos comportamentos antissociais no construto da psicopatia é vista como desnecessária. Apesar disso, existem autores (e.g., Hare, 2003; Robins, 1966; McCords, 1964), que elencam a importância do crime na psicopatia, estabelecendo uma relação entre ambos os conceitos. Ao longo da história do desenvolvimento do construto da psicopatia, esta problemática tem sido alvo de diversos debates, de acordo com os modelos mais recentes (i.e., Modelo Triárquico da Psicopatia – TRIP-M), é necessário desvincular as concepções antissociais do construto da psicopatia, integrando apenas as dimensões interpessoais e afetivas (Filho, Teixeira & Dias, 2009).

Neste sentido, as diversas críticas apresentadas ao modelo PCL (Hare, 1991), levaram ao surgimento de novos modelos, é neste seguimento que surge o modelo Triárquico da Psicopatia (Patrick et. al., 2009).

1.3 Modelo Triárquico da Psicopatia

Como verificado ao longo do trabalho, o construto da psicopatia é algo complexo e que apresenta diversos problemas de definição do conceito, problemas esses que são de extrema importância e devem ser considerados. O termo “psicopata” gera grande impacto na vida do indivíduo, na medida em que, se esse termo for mal aplicado (e.g., em ambientes clínicos ou em decisões psicojurídicas) pode condicionar a vida do indivíduo a longo prazo. Assim, para se estudar o fenómeno da psicopatia é essencial que exista uma conceptualização clara, objetiva e bem estruturada que permita a operacionalização

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

do conceito de forma correta, quer de um ponto de vista clínico, quer investigativo (Skeem, et. al., 2011).

Patrick, Fowles e Krueger (2009), de modo a rebater estes problemas, desenvolveram o Modelo Triárquico da Psicopatia (*Triarchic Psychopathy Measure - TripM*). O Modelo Triárquico da Psicopatia foi desenvolvido como uma estrutura que permitisse conciliar as diferentes perspetivas, até então descritas, sobre o fenómeno da psicopatia. Ao contrário do Modelo da PCL-R (Hare, 1991), que apresenta a psicopatia como um construto unitário, este novo modelo apresenta o conceito numa construção multifatorial, destacando também áreas de intervenção e tratamento (Patrick et. al., 2012).

O Modelo Triárquico da Psicopatia é na sua origem, um modelo de dois processos que procura conceptualizar a psicopatia como refletindo a influência de dois fatores etiológicos (i.e., traço de baixo medo – baixa reatividade ao medo; vulnerabilidade para a externalização – elevados níveis de impulsividade) fundamentais e distintos (Patrick et. al., 2009). Este modelo engloba construtos fenotipicamente distintos: desinibição (*disinhibition*), ousadia (*boldness*) e a malvadez (*meanness*). Estes construtos, embora possuam diferentes identidades fenotípicas e sejam suscetíveis de ser medidos, conceptualizados e compreendidos separadamente, encontram-se interrelacionados (Luís, 2014). Recorrendo a estas três dimensões, segundo Patrick (2009), será possível compreender o conceito da psicopatia nas suas diversas formas (i.e., Criminal e Não criminal; Primária e Secundária; Estável ou Agressiva; Bem-sucedida e Mal-sucedida) (Evangelista, 2015), estabelecendo relações com os diferentes construtos relevantes, tal como com instrumentos de medição da psicopatia (e.g., PCL-R) (Skeem, et. al., 2011).

O construto da *ousadia*, de acordo com os autores, encontra-se associado com o mecanismo do baixo medo, enquanto o construto da *desinibição* encontra-se relacionado com a vulnerabilidade para a externalização (Hirshfeld-Becker, Biederman, Faraone, Violette, Wrightsman & Rosenbaum, 2002). Já o construto da *malvadez*, para Patrick (2009), envolve disposições temperamentais que contribuem para o surgimento de tendências de insensibilidade emocional e de oposição, o que torna a sua associação a um mecanismo específico bastante complexa. Quando comparadas com o modelo PCL-R, a *desinibição* e a *malvadez* refletem-se, respetivamente, no Fator 2 e no Fator 1, apesar de terem origens etiológicas distintas (Evangelista, 2015).

O construto da *desinibição* relaciona-se com o défice que indivíduo apresenta para o controlo dos impulsos, e integra domínios como dificuldade a nível de planeamento e antecipação, baixa capacidade de regulação de afetos, insistência de gratificação

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

imediate, assim como défices a nível comportamental (Evangelista, 2015). Em termos de análise de personalidade, este construto está centrado em dimensões como a impulsividade e afetividade negativa. No que diz respeito às exteriorizações comportamentais, esta encontra-se associada à irresponsabilidade e impaciência, assim como a comportamentos e atitudes impulsivas que poderão culminar em consequências negativas. Essas consequências podem levar a uma escalada da agressividade, e ainda a uma tendência para problemas de consumo de substâncias, como o álcool ou drogas, assim como a participação em atividades que violem as normas sociais. (Krueger, Markon, Patrick, Benning, & Kramer, 2007).

Embora a *desinibição* faça parte do conceito da psicopatia e da sua medida é necessário salientar que esta apresenta uma ligação com domínios externos à psicopatia (e.g., agressão reativa, suicídio e o consumo de substâncias). Os elevados níveis de *desinibição* surgem frequentemente ligados a amostras de indivíduos com problemas de impulsividade e com baixos níveis de traços de personalidade ligados à psicopatia (Skeem, et. al., 2011). Assim, ao ser aplicado o modelo PCL-R em amostras criminais, os resultados obtidos demonstram que estes grupos exibem, de forma persistente, características como emocionalidade negativa, irritabilidade, mau humor, anti socialidade. Estas características estão frequentemente ligadas à *desinibição* e não necessariamente à psicopatia. Deste modo, os autores deste modelo (i.e., modelo triárquico da psicopatia) afirmam que, embora existam indivíduos que apresentem altos níveis de *desinibição*, estes não são necessariamente psicopáticos. Para além disso, apesar de, por si só, a *desinibição* não configurar um diagnóstico de psicopatia esta (i.e., a vulnerabilidade para a externalização) poderá estar associada ao traço de baixo medo, quer por meio da *ousadia*, quer por meio da *malvadez* e, dessa ligação, considerar-se aplicável como diagnóstico de psicopatia (Patrick et. al., 2009).

Por sua vez, o construto da *ousadia* poderá ser definido como “a capacidade para permanecer calmo e concentrado em situações que envolvam pressão ou algum tipo de ameaça” (Patrick et. al., 2009). Embora este conceito (i.e., *ousadia*) não seja sinónimo de traço de baixo medo, estes conceitos encontram-se relacionados na medida em que o primeiro é considerada uma expressão fenotípica do segundo (Seixas, 2014).

A *ousadia* é um conceito que reflete dominância social, alta autoconfiança, boas capacidades de socialização; é ainda caracterizada por uma alta tolerância a situações não familiares e ao perigo (i.e., recuperar rapidamente de acontecimentos que envolvam stress; Patrick, et. al., 2009). Deste modo, indivíduos que apresentem elevados níveis de

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

ousadia tendem a apresentar um elevado grau de confiança que lhes permite uma rápida e fácil interação social, podendo, deste modo, beneficiar de certas situações. Este elevado grau de confiança permite-lhes manterem-se calmos perante situações de ameaça e mudança (Patrick, et. al. 2009). Assim, em termos de personalidade a *ousadia* apresenta características como ausência de medo, procura de sensações e baixa reatividade ao *stress*, manifestando-se através da assertividade, boa capacidade de persuasão, propensão para a aventura e postura social. Embora este construto inclua características adaptativas, este também se encontra empiricamente associado a determinadas tendências desadaptativas como o narcisismo, falta de empatia, procura de emoções, entre outras (Benning, Patrick & Blonigen et. al., 2005).

Em integração com as diferentes conceptualizações do fenómeno da psicopatia, o construto da *ousadia* não se encontra bem representado no Modelo PCL-R (Hare, 1991), assim sendo o modelo elaborado por Hare não seria uma medida eficaz a avaliar o construto da *ousadia*, quando separada da *desinibição* (Skeem, et. al., 2011).

Por fim, a *malvadez* reflete uma tendência para défices a nível da empatia e de compaixão para com os outros, desprezo, ausência de vínculos de proximidade, comportamentos de rebeldia, procura de excitação e de poder através de atos cruéis (Skeem, et. al., 2011). Este construto associa-se ainda a elementos como a ausência de afetos, frieza emocional e o antagonismo.

Segundo Patrick e colaboradores (2009), a *malvadez* ocupa uma posição intermedia entre a alta dominância e a reduzida capacidade de afiliação, isto é, indivíduos que possuem elevados níveis deste construto tendem a procurar gratificação sem ter em consideração as consequências subjacentes ou as necessidades dos outros, e ainda o impacto que poderão causar em terceiros. Este comportamento é expresso através da arrogância, competitividade agressiva, desafio e confronto com autoridade, inexistência de relações interpessoais próximas, busca de sensações através de comportamentos autodestrutivos, entre outros (Skeem et. al., 2011). A componente da *malvadez* é mais provável de se exprimir em amostras criminais e delinquentes (McCord & McCord, 1964), comparativamente com a *ousadia* que se exprime em amostras comunitárias e psiquiátricas (Cleckley, 1976; Kraepelin, 1904; Schneider 1950)

No modelo da PCL-R (Hare, 1991), o construto da *malvadez* surge representado no Fator 1 (i.e., dimensão interpessoal-afetiva), através da insensibilidade, desprezo pelos outros, entre outros.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Patrick (2010), com base no Modelo Triárquico da Psicopatia, desenvolveu uma medida de psicopatia denominada “*Triarchic Psychopathy Measure*” (TriPM). Esta medida foi desenvolvida para fornecer uma estrutura de modo a organizar e esclarecer construções relacionadas à psicopatia, combinando assim as perspectivas históricas e as mais atuais na compreensão do indivíduo psicopata. O objetivo deste instrumento centra-se em avaliar os traços de psicopatia em adolescentes e adultos. A *desinibição*, *ousadia* e a *malvadez*, são avaliadas separadamente nesta ferramenta de medida que abrange 58 itens, sendo que 20 itens correspondem à medida da *desinibição*, 19 itens integram a medida da *ousadia* e 19 itens correspondem à medida da *malvadez*.

A TriPM é uma medida de autorrelato e autopreenchimento que, contrariamente ao modelo PCL-R, não requer uma extensa revisão de documentos ou relatórios podendo ser aplicada de forma rápida e sem muitos custos (Evans, 2016; Van Dongen, et. al., 2016). É utilizada uma escala Likert (i.e., escala de resposta psicométrica) de quatro pontos que integram as seguintes opções de resposta: moderadamente falso, falso, moderadamente verdadeiro e verdadeiro. Esta medida é útil em meio prisional, mas também em aplicações na comunidade em geral (Evans, 2016 cit. In., Diogo, 2022). Assim sendo, a TriPM abrange os diferentes traços adaptativos e consegue, de forma eficaz, diferenciar a psicopatia das restantes psicopatologias existentes (Nafatali, 2018, cit. In., Diogo, 2022)

Este modelo, segundo os autores, não pretende reproduzir a escala PCL-R, mas sim dar-lhe um novo seguimento, de modo a oferecer uma avaliação mais direcionada e concreta das características de personalidade psicopata, não integrando o comportamento delinvente como fator essencial (Patrick et.al., 2009).

Após a compreensão do conceito da psicopatia e das suas várias expressões, assim como as escalas de avaliação subjacentes ao fenómeno, é necessário fazer uma distinção destes traços de personalidade entre géneros.

1.4 Psicopatia e Género

Ao longos dos anos, os mais diversos estudos sobre a psicopatia tem sido dominados por uma perspectiva que caracteriza os indivíduos psicopatas como egocêntricos, impulsivos, com tendência para comportamento antissocial sem qualquer tipo de remorsos ou culpa, superficiais e incapaz de demonstrar afeto ou estabelecer

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

relações estáveis com terceiros. Assim sendo, a psicopatia é vista como um dos transtornos de personalidade mais graves, quer para o próprio indivíduo, quer para a vítima (Leistico, Salekin, Decoster & Rogers, 2008), quer para a sociedade.

Embora os investigadores pioneiros (e.g., Pínel, 1801; Schneider 1923; Cleckley 1941) dentro da temática da psicopatia tenham descrito e referido casos em que esta patologia se encontra presente no sexo feminino, as investigações que têm vindo a ser desenvolvidas, desde então, centram-se, na sua maioria, em amostras do sexo masculino (Evangelista, 2015).

Em grande parte da literatura científica pressupõe-se que este transtorno de personalidade se manifesta de forma igual em ambos os sexos, isto é, tanto as mulheres como os homens apresentam as mesmas características e traços de personalidade, não sendo evidente potenciais diferenças e expressões desta patologia (Dolan & Völlm, 2009; Forouzan & Cooke, 2005; Rogstad & Rogers, 2008)

Grann (2000), num dos seus estudos sobre a temática, verificou que, de facto, existe uma diferença entre ambos os sexos, no que diz respeito à prevalência desta patologia. Segundo o autor, existe uma maior prevalência no sexo masculino, contudo, em termos de grau de intensidade, este autor constatou que não existem diferenças significativas entre os sexos. Este estudo realizado na Suécia, com uma amostra total de 72 participantes (sendo 36 deles mulheres e 36 homens) com base no modelo PCL-R (2003), constatou que 31% dos indivíduos do sexo masculino apresentavam expressão de traços psicopáticos, enquanto no sexo feminino apenas 11% apresentavam esse transtorno. No entanto, ao avaliar o grau de psicopatia, a diferença entre sexos foi baixa, tendo os homens uma média de 19.42, enquanto que as mulheres apresentavam uma média de 17.78. Verificou-se também que, dentro dos 20 itens presentes no modelo PCL-R, as características mais representativas nos indivíduos do sexo masculino são a falta de empatia e a delinquência juvenil, já os indivíduos do sexo feminino apresentam, tendencialmente, características mais histriónicas (i.e., comportamento sexual promíscuo; Evangelista, 2015).

Outros estudos realizados (i.e., Hamburguer, Lilienfeld e Hogben, 1996), defendem também que este transtorno de personalidade se manifesta de forma diferente entre ambos os sexos, salientando nos homens o comportamento antissocial e nas mulheres, assim como Grann (2000), as características mais histriónicas (i.e., vaidade, egocentrismo, sedução; Skeem, et. al., 2011).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Autores, como Forouzan e Cooke (2005), afirmam que seria pouco credível avaliar esta perturbação de personalidade nas mulheres recorrendo a um modelo que não faz distinção entre ambos os sexos. Assim sendo, os autores propõem a existência de quatro áreas nas quais é possível verificar a existência das diferentes manifestações de psicopatia entre homens e mulheres: *características interpessoais*, *expressão comportamental*, *motivações psicológicas distintas*, subjacentes aos indicadores de psicopatia e *diferentes normativas sociais*. Os autores salientam ainda que estas diferenças entre os sexos refletem-se na forma como estes se comportam, sendo que os homens, para atingirem os seus objetivos, optam por métodos mais violentos, apresentando uma maior impulsividade e problemas de autocontrolo, enquanto as mulheres recorrem a estratégias como a manipulação ou sedução (Evangelista, 2015). Estes autores defendem ainda que o sexo feminino tem tendência a envolver-se em comportamentos sexuais promíscuos motivados pelo desejo de explorar o companheiro, ou então com objetivos monetários. Já o sexo masculino tem tendência à procura de atividade sexual ou sensações (Quinsey, 2002).

De acordo com Salekin, Rogers e Sewell (1997), e como já referido anteriormente, o modelo PCL-R, foi desenvolvido maioritariamente com amostras forenses e indivíduos do sexo masculino, subsistindo apenas uma reduzida quantidade de estudos de validação do modelo para o sexo feminino. Nestes estudos, as amostras femininas tendem a apresentar pontuações mais baixas nas medidas de psicopatia do que os do sexo masculino (Hare, 1991).

Devido ao facto de as mulheres apresentarem um *onset* mais tardio para os comportamentos desviantes e, de modo geral, apresentarem uma menor incidência para esse tipo de comportamentos (Silverthorn & Frick, 1999), diversos itens da escala PCL-R (Hare, 2003) apresentam-se desadequados para avaliar os traços de psicopatia em mulheres. Assim sendo, é pertinente referir que a estrutura do modelo teria de ser diferente para a medição da psicopatia no sexo feminino (Dolan & Vollm, 2009). Neste sentido, para uma avaliação mais concisa das medidas de psicopatia nas mulheres, é necessário verificar e apurar a eficácia da PCL-R na avaliação do sexo feminino (Salekin, Rogers e Sewell, 1996 cit. in. Skeem, et. al., 2011).

Segundo Warren e colegas (2003), a diferença entre ambos os sexos na manifestação da psicopatia expressa-se através da forma e da gravidade da violência cometida, sendo que as mulheres apresentam menores índices de crime violentos. Esta diferença entre os indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino pode derivar do facto

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

de os homens, de modo geral, apresentarem maior insensibilidade emocional em relação às mulheres.

Por sua vez, Verona e colegas (2005) defendem que a psicopatia nas mulheres está mais associada a comportamentos suicidas e problemas de internalização, e que estas tendem a expressar a psicopatia por meio de agressão emocional. Já nos homens a psicopatia está associada a comportamentos externalizantes, e é expressa através da impulsividade, agressão física e atos violentos (Skeem et. al., 2011). A impulsividade não tende a ser um traço de personalidade comum nas mulheres (esta é mais evidente nos homens), contudo surgem alguns traços comuns (embora se possam expressar mais num género do que no outro) aos dois como a insensibilidade, emoções superficiais e ausência de culpa (Gomes & Almeida, 2010).

A importância da utilização de normas e de critérios adequados para a avaliação da psicopatia em ambos os sexos é fundamental, tanto em termos de pontuação como em termos de características específicas. Embora nos últimos anos tenha surgido um aumento de estudos em torno da psicopatia nas mulheres, as diferenças de género na forma como os traços se expressão ainda não é unânime (Forouzan & Cooke, 2005). A falta de sistematização dos estudos nesta área leva a que não haja a possibilidade de fornecer dados concretos e claros dos critérios de diagnóstico da psicopatia nas mulheres. A aplicação de critérios de avaliação desenvolvidos para os homens, nas mulheres levanta não só problemas a nível da investigação e prática clínica, como a nível ético, o que consequentemente pode originar resultados equívocos (Forouzan & Cooke, 2005).

2. Abuso Sexual de Menores

2.1 Introdução

De acordo com a literatura, a grande maioria dos crimes violentos são cometidos por indivíduos com traços de psicopatia (Neumann & Hare, 2008). Como mencionado no capítulo anterior, os indivíduos com este tipo de traços caracterizam-se como egocêntricos, manipuladores, apresentando vínculos superficiais e instáveis. Ao nível afetivo, revelam superficialidade, défice de empatia e frieza emocional, falta de remorsos ou culpa (Soeiro & Gonçalves, 2010). No que diz respeito aos aspetos comportamentais, estes caracterizam-se como impulsivos e irresponsáveis, violando com frequência as

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

normas sociais e apresentando frequentemente comportamento agressivo (Hare & Neumann, 2006).

Até à década de 60, apesar do limitado investimento da criminologia no estudo dos crimes sexuais, estes foram objeto de estudo em outras áreas, como a Psicologia e a Psiquiatria. Neste sentido, diversos estudos foram realizados abrangendo, não só as vítimas, mas também os ofensores, na tentativa de melhor compreender este fenómeno (Blackburn, 1994).

A violência (e.g., violência psicológica, maus-tratos físicos, abuso sexual, negligencia) exercida sobre as crianças não é um fenómeno recente, nem desconhecido na história da humanidade; desde início da humanidade que se verifica a ocorrência de crimes altamente violentos perpetrados sobre crianças e jovens (Costa, 2012). Esta violência pode ocorrer em diversos contextos (i.e., intrafamiliar, extrafamiliar ou contexto institucional) e causam graves danos nas crianças, quer a nível psicológico, quer a nível físico (APAV, 2002; Magalhães, 2005). A exposição a este tipo de violência, para além de violar as suas liberdades e garantias, também afeta o bem-estar emocional e físico, assim como o desenvolvimento integral e a sua segurança (Magalhães, 2005). Nesse sentido, de modo a zelar pelo bem-estar e pelo bom desenvolvimento do menor, e de maneira a proporcionar respostas eficazes e adequadas, é necessária a intervenção de entidades e instituições no combate a esta violência.

Devido aos motivos elencados, os crimes de cariz sexual praticados contra menores continuam a ser objeto de estudo e interesse por parte da comunidade científica.

Após uma breve introdução sobre violência e os crimes sexuais, exercidos contra as crianças e jovens, importa agora explicar e compreender o conceito de abuso sexual de menores.

2.2 Conceito

O crime de abuso sexual de crianças é um problema de extrema gravidade, sendo alvo de constante debate e de inúmeras preocupações na comunidade científica (Carmo, Alberto & Guerra, 2006).

A definição de abuso sexual não é, de todo, uma tarefa simples, pois este conceito diverge entre autores, acarretando diversas conceções que partem dos contextos socioculturais dos grupos em que se definem, assim, como os diversos contextos em que

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

ocorrem (Furniss, 1992; Gelinas, 1983; Giarretto, 1982 cit. In., Maduro, 2015). Neste sentido, existem inúmeros conceitos para a sua definição, contudo, todos subscrevem que se trata de uma das piores formas de violência sobre as crianças (Coutinho, 2003).

Segundo Alberto (2002), o abuso sexual de menores abrange diversas dimensões (e.g., social, médica, psicológica e legal); neste sentido uma definição objetiva de abuso sexual levanta questões de universalidade e de unanimidade.

Organização Mundial de Saúde (OMS) define abuso sexual como “*o envolvimento de uma criança em atividades sexuais que esta não compreenda, às quais não tenha capacidade para dar o seu consentimento desenvolvido, para as quais não esteja preparada do ponto de vista do seu estágio de desenvolvimento, ou ainda em atividades sexuais que constituam uma violação das leis ou normas sociais de uma dada sociedade*”, salientando ainda que “*a criança pode ser abusada por um adulto ou por outro menor que, dada a sua idade ou período de desenvolvimento, encontre-se em posição de responsabilidade, confiança ou poder sobre a vítima*” (WHO, 2006).

Na definição deste conceito é essencial ter em consideração dois aspetos: a exploração sexual do menor por alguém mais velho, em que a criança não apresenta nem condições, nem maturidade psicossocial para avaliar e vivenciar essa relação de forma positiva, nem tão pouco de dar o seu consentimento afetivo face à figura de autoridade; e ainda o facto de esta exploração de cariz sexual poder ser coerciva ou não, com recurso à ameaça física ou verbal (Browne & Finkelhor, 1986).

Diversos autores (e.g., Alberto, 2006) consideram não ser necessário haver contacto físico para existir abuso sexual, e que apenas o desrespeito pela pessoa, na sua intimidade, é condição necessária para abuso sexual. Outros (e.g., Adams, 1991; Barundy, 1998) consideram como abuso sexual todos os comportamentos de cariz sexual que envolvam menores, seja através de contactos sexuais diretos (e.g., penetração anal, oral ou vaginal), seja através de contactos sexuais indiretos (e.g., masturbação, pornografia infantil).

No que diz respeito à diferença de idade entre a vítima e o ofensor, a maioria dos autores apontam para uma diferença necessária de, pelo menos, cinco anos, existindo assim uma diferença significativa no desenvolvimento cognitivo-afetivo (Browne & Finkelhor, 1986).

Face ao exposto, podemos considerar que alcançar uma definição unanime e universal deste conceito é uma tarefa bastante difícil, pois esta questão é influenciada pelo

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores ambiente sociocultural e pelo contexto (i.e., intrafamiliar ou extrafamiliar) em que ocorre (Alberto, 2006).

Para uma melhor compreensão do fenómeno é necessário, apresentar uma breve introdução do seu enquadramento legal, de acordo com o Código Penal Português.

2.3 Enquadramento Legal

É considerado como crime todo o comportamento que viola a lei e que como tal é punido com uma pena. A lei portuguesa define crime como um conjunto de pressupostos (i.e., pratica de ação típica, ilícita, culposa e punível) de que dependem da aplicação ao seu autor de uma pena ou medida de segurança.

Sendo a problemática dos crimes de natureza sexual, nomeadamente, o abuso sexual de menores (inserido nos Crimes contra a Autodeterminação Sexual) o foco do presente trabalho importa, antes de mais, fazer uma distinção entre os Crimes contra a Liberdade Sexual e os Crimes contra a Autodeterminação Sexual. Estes dois tipos de crimes, encontram-se estipulados no Capítulo V do Livro II (Parte especial) do Código Penal Português. Este capítulo, integrado no Título I – dos Crimes contra as Pessoas, é composto por duas secções: Secção I (i.e., compreende os Crimes contra a Liberdade Sexual) e a Secção II (i.e., compreende os Crimes contra a Autodeterminação Sexual). Os Crimes contra a Liberdade Sexual punem “*comportamentos que atentam contra o direito de cada pessoa a decidir livremente da sua vida e a prática sexual*”. Já os Crimes contra a Autodeterminação Sexual punem “*condutas que incidem sobre vítimas que, atendendo à idade, se entendeu não estarem ainda em condições de se autodeterminar sexualmente, pelo que, mesmo na ausência de qualquer meio explicitamente violento, de coação ou fraudulento, serão suscetíveis de prejudicar o livre desenvolvimento da sua maturidade e vida sexuais*” (Carmo, Alberto & Guerra, 2006 cit. in., Costa, 2012).

Os Crimes contra a Autodeterminação Sexual são comportamentos criminosos e são caracterizados pela violência de cariz sexual exercida contra as crianças e jovens, implicando assim uma interação que visa a obtenção de gratificação sexual para o adulto (APAV, 2002 cit. in., Costa, 2012). O marco etário dos catorze anos de idade delimita a fronteira entre a infância e o início da adolescência, assim sendo, a lei enuncia o crime de abuso sexual como um crime contra a autodeterminação sexual, pois expor ou sujeitar um menor, que não tem capacidade de se autodeterminar (i.e., de dar o seu consentimento de

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

forma plena e consciente), a qualquer um dos comportamentos previstos no crime de abuso sexual de crianças seria extremamente prejudicial ao seu desenvolvimento (Carmo, Alberto & Guerra, 2006).

No Código Penal Português, quanto à definição de abuso sexual, existem diferentes artigos tendo por base os diferentes tipos de vítimas, contudo a definição que nos importa apresentar é a do Abuso Sexual de Crianças e o Abuso Sexual de Menores Dependentes.

O crime de Abuso Sexual de Crianças está previsto no artigo 171.º do Código Penal e caracteriza-se como um crime público, sendo a sua denúncia obrigatória. Assim, incorre num crime de Abuso Sexual de Crianças:

1 – Quem praticar ato sexual de relevo com um menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 – Se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes de corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

3 – Quem:

- a) Importunar menor de 14 anos, praticando ato previsto no artigo 170.º;
- b) Atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objetos pornográficos;
- c) Aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou atividades sexuais

é punido com pena de prisão até três anos.

4 – Quem praticar os atos descritos no minero anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

5 – A tentativa é punível.

Este crime prevê uma diversidade de atos puníveis com diferentes molduras penais (Carmo, Alberto e Guerra, 2006). Como supramencionado, este crime abrange a faixa etária dos menores de idade até aos 14 anos.

De acordo com Cunha (2003), ainda que as condutas do agente não tenham recorrido a meios de constrangimento, estas serão punidas dada a vulnerabilidade da

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

vítima e à falta de capacidade para se expressar de forma livre e consciente das suas vontades.

Por sua vez o crime de Abuso Sexual de Menores Dependentes está previsto no artigo 172.º, é considerado um crime público e, como tal, a sua denuncia é obrigatória. Incorre num crime de Abuso Sexual de Menores Dependentes:

1 – Quem praticar ou levar a praticar ato descrito no n.º 1 ou 2 do artigo anterior, relativamente a menor entre 14 e 18 anos:

- a) Em relação ao qual exerça responsabilidades parentais ou que lhe tenha sido confiado para educação ou assistência; ou
- b) Abusando de uma posição de manifesta confiança, de autoridade ou de influência sobre o menor; ou
- c) Abusando de outra situação de particular vulnerabilidade do menor, nomeadamente por razões de saúde ou deficiência;

é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 – Quem praticar ato descrito nas alíneas do n.º 3 do artigo anterior, relativamente a menor compreendido no número anterior deste artigo e nas condições aí descritas, é punido com pena de prisão até um ano.

3 – Quem praticar os atos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão até 5 anos.

4 – A tentativa é punível.

Tal como o artigo n.º 171, supramencionado, as penas de prisão previstas variam consoante o comportamento exercido pelo autor, assim como no grau de responsabilidade que esse tenha para com o menor. O intervalo de idades deste crime abrange menores com idades compreendidas entre os 14 e os 18.

O bem jurídico em causa nos Crimes contra a Autodeterminação é a necessidade de proteger o livre desenvolvimento da personalidade da criança ou jovem no domínio sexual.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Geralmente, o termo abusador sexual de menores é associado erroneamente ao termo pedófilo. Deste modo, é necessário fazer uma distinção entre abuso sexual de menores e pedofilia.

2.4 Abuso Sexual de Crianças Vs. Pedofilia

O abuso sexual de menores é uma das maiores ameaças ao bem-estar, saúde e segurança do menor (Rodrigues, 2017). O crescente mediatismo em volta da problemática da criminalidade sexual fez despoletar um grande impacto na opinião pública, onde muitas vezes o termo abuso sexual de menores surge, erroneamente, associado à pedofilia. Face a isto, é crucial fazer uma distinção entre abuso sexual de crianças e pedofilia.

É imperativo afirmar que um abusador sexual de menores e um pedófilo têm definições distintas, uma vez que são indivíduos com motivações diferentes para o crime, apresentando características psicológicas bastante distintas (Carlstedt, 2012; Libório & Castro, 2010). A associação errónea do termo pedofilia a todos os contextos de abuso sexual de menores dificulta a clarificação de um fenómeno tão complexo como o abuso sexual.

Antes de mais importa destacar que existem indivíduos com diagnóstico de pedofilia que nunca abusaram sexualmente de um menor, por outro lado, existem também assim abusadores sexuais de crianças que não são pedófilos, isto é, que não apresentam interesse sexual por crianças (Gomes, 2003).

A pedofilia é uma classificação relativa à área da Psiquiatria, já os crimes sexuais pertencem ao âmbito do Direito Penal (APAV, 2019). Segundo Kaplan (1997), o termo pedofilia está inserido num distúrbio do grupo das parafilias que, de acordo com Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-5, são caracterizadas por intensos e recorrentes impulsos sexuais, que se desviam da norma, e que são caracterizados por fantasias sexuais específicas, envolvendo atividade sexual com crianças pré-púberes (com 13 anos ou menos), ato demonstrado por um indivíduo adulto (Salter, 2009). Alguns pedófilos, embora tenham uma atração sexual por crianças, são capazes de controlar os seus desejos sexuais, sem nunca passarem à prática sexual. Estes não têm necessariamente contacto físico com o menor podendo recorrer, para se satisfazerem, a fotografias, vídeos pornográficos, cingirem-se a despir-se e exibindo-se a si próprios, assim como masturbar-se na presença deste (Gomes & Coelho, 2003).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Diversos estudos desenvolvidos em torno da pedofilia demonstram que esta é uma condição crónica, que geralmente tem início na adolescência e persiste na idade adulta, sendo mais frequente em homens do que mulheres (Studer & Aylwin, 2006; Devoto & Aravena, 2003 cit. in., Monteiro, 2012).

Na sua maioria, em termos comportamentais, os pedófilos não são violentos; estes tendem a fazer uso da manipulação de modo a tirarem proveito da ingenuidade da criança, comportando-se de forma generosa e atenciosa de maneira a obterem a confiança deste (Salter, 2003). Quando confrontados com os seus atos, estes tentam minimizá-los, alegando que foram seduzidos e encorajados pelo menor (Stone, 2000; Hall & Hall, 2007 cit. in., Monteiro, 2012).

É importante ainda salientar que não é necessário a presença do ato sexual para existir um diagnóstico de pedofilia, a simples presença de fantasias ou desejos na mente do adulto pode bastar para preencher os critérios de diagnóstico da CID-10 (Classificação Internacional de Doenças, 1993) e da DSM-IV-TR (2002) (Castro & Bulawski, 2011 cit. in., Monteiro, 2012). Embora que o diagnóstico da pedofilia seja um fator de risco para a prática de crimes sexuais, este não é suficientemente fiável para prever, por si só, a existência de abusos sexuais por parte dos mesmos (Luís, 2020).

Por sua vez, como supramencionado, os abusadores sexuais de crianças não são necessariamente pedófilos, isto porque, embora pratiquem o ato sexual com menores, não se sentem sexualmente atraídos por estas. Os abusadores sexuais de menores nem sempre apresentam desejos de cariz sexual, utilizando os mais diversos motivos (e.g., falta de parceiros adultos, devido à fraca autoestima, vingança sobre a mãe da criança, desinibição temporária devido ao consumo de substâncias) para abusar destas (Luís, 2020).

A realidade evidencia que a maioria dos abusadores são cidadãos comuns, que fazem parte da esfera social próxima da criança (Finkelhor, 1980).

É importante salientar que o termo abusador sexual de crianças é utilizado para fazer referência a uma pessoa que já teve contacto sexual com um menor enquanto, como acima referido, um pedófilo pode nunca ter tido contactos desse tipo (Feelgood & Hoyer, 2008).

De modo geral, a sociedade detém uma crença errada de que os abusos sexuais de crianças são praticados por abusadores que estão completamente fora do padrão da sociedade normativa, com padrões de comportamento anti normativos, contudo, a realidade evidencia que a maioria dos abusadores são cidadãos comuns, que fazem parte da esfera social próxima da criança (Finkelhor, 1980).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

O abuso sexual pode ocorrer em diversos contextos, e como tal é necessário fazer uma distinção destes. Assim neste sentido, será apresentado em seguida uma breve distinção entre abuso sexual ocorrido ambiente intrafamiliar e extrafamiliar, assim como a distinção entre abusador primário e abusador secundário.

2.5 Abuso Sexual Intrafamiliar Vs. Abuso Sexual Extrafamiliar

Como referido ao longo do trabalho, o abuso sexual manifesta-se através do envolvimento do menor em práticas que visam a gratificação e satisfação do adulto ou jovem mais velho, que se encontra numa posição de poder ou autoridade sobre o menor (Magalhães, 2010, cit. in., Ribeiro, 2014). Este envolvimento, de acordo com Habigzang e colaboradores (2005), pode ocorrer em diferentes contextos: contextos intrafamiliares (geralmente são os que ocorrem com maior frequência), onde os abusos ocorrem dentro de casa, sendo perpetrados por pessoas próximas à vítima e que desempenham um papel de cuidador; ou contextos extrafamiliares, estes casos acontecem fora do ambiente familiar, onde a vítima pode ser envolvida em pornografia e exploração sexual. É muito comum indivíduos que na infância passaram pela exposição a estas práticas sexuais virem a desenvolver, na idade adulta, perturbações psicológicas, transtornos de humor ou psicóticos (Serafim et. al., 2009 cit. in., Nascimento, 2017).

Tanto o abuso sexual intrafamiliar (i.e., vivenciado no espaço doméstico da vítima), como o abuso sexual extrafamiliar (i.e., praticados por indivíduos externos ao seio familiar), apesar de aparentemente idênticos, apresentam diversas diferenças entre si, nomeadamente, no que concerne à gravidade do abuso e à sua duração, mas também na utilização de violência física e verbal, assim como na idade e no sexo das vítimas. Fisher & MacDonald (1998), num dos seus estudos de abusos sexuais a menores, detetaram uma maior prevalência de casos de abuso sexual extrafamiliar (56%), relativamente aos abusos sexuais intrafamiliares (44%) (1998, cit. in., Pereira, 2019). A escalada abusiva presente no abuso sexual intrafamiliar resulta, frequentemente, em práticas de cariz sexual que são consideradas tão ou mais graves do que aquelas práticas que advêm do abuso sexual extrafamiliar (Fisher & McDonald, 1998). Neste sentido, os autores optaram por uma apresentação bipartida do abusador sexual de crianças: abusador primário, ou preferencial, e o abusador secundário, ou situacional.

O abusador sexual primário (ou preferencial) é geralmente associado ao abuso intrafamiliar, estes abusos tendem a prolongar-se no tempo e a ocorrerem com maior

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

frequência. Segundo Gaitán (2006), estes indivíduos possuem uma orientação sexual primariamente dirigidas para crianças. Estes não possuem interesse sexual por adultos e podem, muitas vezes, rejeitar a prática sexual com mulheres. O abusador primário é geralmente caracterizado pela imaturidade e dependência, pela dificuldade em estabelecer relações heterossexuais e ainda pela aprendizagem de comportamentos e atitudes negativas (Pereira, 2019). O autor (i.e., Gaitán, 2006) refere ainda que estas tendências podem estar relacionadas com abusos sofridos na infância, sentimentos de inferioridade e elevados défices afetivos.

De um ponto de vista cognitivo, os abusadores primários consideram os seus comportamentos adequados, assumindo o abuso como uma forma de educação sexual adequada para a vítima, e tendem a não revelar qualquer tipo de sentimento real de culpa ou vergonha (Costa, 2003; Gaitán, 2006 cit. In., Pereira, 2019). Estes indivíduos, de modo a obterem gratificação e satisfação, utilizam diversas estratégias de manipulação e sedução da vítima (Gaitán, 2006).

Os abusadores secundários ou situacionais, como o próprio nome indica, têm contactos isolados com as crianças; estes tendem a manter a sua vida sexual com adultos, contudo, quando atingidos pela solidão, stress ou por uma crise de identidade, procuram as crianças de modo a satisfazerem os seus desejos (Gaitán, 2006). Os abusadores secundários, em contraste com os primários, geralmente, apresentam sentimentos de culpa e vergonha (Gaitán, 2006).

De modo a compreender melhor o fenómeno do abuso sexual de menores, importa verificar e explicar os fenómenos de risco subjacentes.

2.6 Fatores de Risco

Ao longo dos anos, diversas investigações têm sido desenvolvidas com o objetivo de se tentar compreender quais os fatores de risco que surgem associados aos abusadores sexuais. Poderemos definir fatores de risco como as condições ou variáveis que estão associadas à elevada probabilidade de ocorrência de resultados negativos, ou indesejáveis, ao desenvolvimento humano; estes estão associados a um aumento da probabilidade do indivíduo praticar um crime no futuro (Webster-Stratton, 2015 cit. In., Iaralha, 2015).

Os fatores de risco podem ser de vários domínios, nomeadamente, individuais, familiares, reflexo da influência dos pares ou dos processos de socialização (Durão,

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

2020). No que respeita aos fatores de risco individuais, estes encontram-se relacionados com o género, problemas genéticos, características psicológicas e com capacidades sociais e intelectuais (Paludo & Koller, 2005 cit. in., Durão, 2020). Estes fatores encontram-se divididos em domínios cognitivos e psicossociais (Lipsey e Derzon, 1998). Ao nível cognitivo são evidentes características como a reduzida empatia, elevada impulsividade e QI reduzido, características essas que, segundo Lipsey e Derzon (1998), podem estar interligadas com a ocorrência de abuso sexual.

Outros autores (e.g., Blackburn, 1993) afirmam também que os abusadores sexuais apresentam défices ao nível do pensamento e uma fraca capacidade de resolução de problemas, sobretudo ao nível interpessoal, uma vez que, são indivíduos com sentido grandioso de si próprios e insensíveis para com os outros. São ainda apontados como fatores de risco para a ocorrência de abuso sexual características como a raiva, frustração, solidão, rejeição e ainda padrões de pensamento desinibido que levam à agressividade (Blackburn, 1993). Na literatura são diversos os estudos que associam o abusador sexual a diversos comportamentos agressivos, comportamentos esses que são caracterizados pelo défice controlo dos impulsos, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, mudança repentina de humor e a agressão reativa (Hanson & Morton-Bourgon, 2004).

A nível psicossocial, é apontado pelos autores (e.g., Reiss & Farrington 1991), que os abusadores sexuais tendem a apresentar fracas competências sociais e estão inseridos, geralmente, em grupos delinquentes.

As distorções cognitivas são outro fator que tem vindo a ser estudado no universo de abusadores sexuais (Blackburn, 1993). Estes ofensores apresentam, com frequência, distorções cognitivas, pautadas por um historial de pensamentos negativos que, conseqüentemente, influenciam o comportamento do indivíduo, deturpando o modo como este percebe a sociedade e os atos que comete (Blackburn, 1993). Esta percepção errónea e desadaptada dos seus atos (e até de si próprio), permite a racionalização, justificação e minimização dos seus comportamentos abusivos (Blake e Gannon, 2008).

Pereira (2007), indo ao encontro de Blake e Gannon (2008), afirma que o abusador sexual de crianças pode perceber a situação de forma deturpada, de acordo com as suas crenças; essa leitura pode levar, de forma precipitada, ao abuso sexual. Neste sentido, o abusador usa as suas distorções cognitivas como um “meio” para justificar e manter esses comportamentos criminosos (Hall e Hirschman, 1991).

Quanto aos fatores de risco familiares, diversos estudos (e.g., Farrington, 1990) demonstram a existência de uma relação entre o funcionamento familiar e a ocorrência

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

de abusos sexuais. É apresentado por Farrington (1990) diversos fatores de risco familiares que podem contribuir para a ocorrência de abuso sexual infantil, nomeadamente, a negligência parental, a pertença a uma família numerosa, as fracas práticas educativas, o experienciar e testemunhar de violência no seio familiar (e.g., abusos, violência doméstica), as dificuldades financeiras, as relações familiares disruptivas (e.g., presença de padrastos), os progenitores com patologia psiquiátrica, entre outros. Todos estes fatores podem assim contribuir para o abuso sexual infantil. No momento do diagnóstico há que avaliar todos estes indícios não apenas em famílias disfuncionais, pois, muitas vezes, o abuso sexual pode ocorrer em agregados familiares considerados estáveis. Neste sentido, há que ter em atenção que a menor prevalência de abusos sexuais nestes agregados pode estar associada a situações de abuso sexual bem camufladas (Cardoso, 2015).

É crucial, para compreender o fenómeno do abuso sexual, obter uma caracterização do perfil do agressor sexual, assim como a caracterização em relação ao género. Neste sentido é apresentada em seguida o perfil do abusador sexual, bem como alguns problemas subjacentes à conceptualização, numa perspetiva de género, deste fenómeno.

2.7 Perfil do abusador sexual

A literatura é consensual no que diz respeito ao género do agressor. Diversos estudos indicam que o abuso sexual de menores, geralmente, é perpetrado por indivíduos do género masculino, tendo sido apresentadas taxas de prevalência similares em vários estudos: 93.5% (Koçurk & Yuksel, 2019); 98.8% (Mateus, 2012); 97.3% (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005) e 90% (Martins & Jorge 2010) (cit. in., Cardoso, 2015). Embora estes resultados demonstrem que a maioria dos abusadores sexuais de menores são do género masculino é importante não esquecer que existem também agressores do género feminino. É importante salientar que os resultados obtidos em relação ao género feminino podem não corresponder à realidade, uma vez que, os números associados a este género poderão estar subdimensionados devido às funções que são atribuídas pela sociedade às mulheres (e.g., prestadora de cuidados; ser mãe, tendo assim obrigação de cuidar dos filhos).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

No que diz respeito à idade média do agressor, esta varia entre os 12 e os 70 anos (Mateus, 2012), com a idade média estabelecida nos 32,9 anos. Entre os agressores do sexo masculino, 25.4% tinham 40 ou mais anos; 21.5% compreendiam a faixa etária dos 30 aos 34 anos e 9.9% correspondia a casos em que o abusador sexual era adolescente com idade compreendida entre os 13 e os 14 anos (Martins & Jorge, 2010). Quanto ao género feminino, verificou-se que 50% das agressoras tinham entre 20 e 24 anos, 25% entre 35 e 39 anos e os restantes 25% correspondiam à faixa etária de 40 ou mais anos (Martins et. al., 2010, cit.in., Cardoso, 2015). Neste sentido pode-se verificar que existem abusadores sexuais de todas as faixas etárias, desde adolescente a idosos (Monteiro et. al., 2008 cit. in., Cardoso, 2015). Verifica-se também que, em grande parte dos casos, o abusador tem mais 10 ou mais anos que as vítimas (Mateus, 2012). Ainda que existam algumas variações na literatura relativamente à idade do abusador sexual de menores, de uma forma genérica, podemos concluir que o perfil do abusador é maioritariamente o de um homem adulto, com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos.

É essencial compreender se, entre o abusador sexual infantil e a vítima, há algum tipo de vínculo afetivo. Segundo Mateus (2012), em 82.6% dos casos de abuso sexual existe um vínculo afetivo entre estes, sendo que 48.1% são familiares da vítima e 34.5% são indivíduos da esfera social. O autor, conclui ainda que o pai (13.8%) e o padrasto (10.3%) da vítima são os principais responsáveis pela agressão sexual, contudo, importa salientar que 3.4% das agressões sexuais correspondem a abusos cometidos pela irmã da vítima (Mateus, 2012 cit. in., Cardoso, 2015). Em relação aos agressores sem qualquer tipo de ligação afetiva com a vítima, estes representam 10%.

Estes vínculos afetivos entre a criança e o abusador acarretam consequências a nível da personalidade e comportamento nefasto para a vida da criança, onde muitas das vezes esta se culpabiliza pelo ato (Cardoso, 2015).

Num estudo realizado em Portugal (Pinto da Costa, 1990), é possível verificar que os resultados obtidos vão ao acordo da literatura, mantendo-se a prevalência da figura paterna como abusador.

A nível da escolaridade Habigzang e colegas (2005) evidenciaram que 40.6% dos indivíduos tinha o 1º ciclo incompleto e apenas 25% tinham completado o 1º ciclo. Dos restantes indivíduos, 15.6% não tinham qualquer tipo de escolaridade, 15.6% tinham o 2º ciclo (i.e., completo ou incompleto) e 3.1% tinham o 3º ciclo incompleto. Segundo o autor (Habigzang, et. al., 2005), os baixos níveis de escolaridade são um potencial fator de risco para a propensão do crime de abuso sexual.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Quanto à ocupação laboral, verificou-se que cerca de 43.2% se encontravam empregados, 32.1% desempregados, 16% fazia trabalhos pontuais, 6.2% eram reformados e 2.5% trabalhavam por conta própria (Habigzang et. al., 2005, cit. In., Cardoso, 2015). O desemprego é um fator de risco para o abuso sexual intrafamiliar, uma vez que, existe uma maior disponibilidade para assumir os cuidados do menor, e assim, consumir o crime (Habigzang et. al. 2005, cit. In., Cardoso, 2015).

No que diz respeito ao consumo de substâncias, verificou-se que 53.2% dos abusadores consumiam bebidas alcoólicas e 27.7% consumiam substâncias psicotrópicas (Habigzang et. al. 2005, cit. in., Cardoso, 2015). Evidencia-se, assim, a prevalência do consumo de substâncias por parte destes abusadores, sendo esta característica considerada mais um fator de risco (Habigzang et. al. 2005, cit. In., Cardoso, 2015).

Relativamente ao histórico criminal, verificou-se que, em casos que o abusador já tinha antecedentes de abuso sexual, 37.2% abusou sexualmente de outras pessoas em contexto doméstico (Habigzang et. al. 2005, cit. In., Cardoso, 2015). No entanto, na maioria dos casos (80.9%), o abusador não apresentava antecedentes criminais. Nos casos onde apresentavam, 44.4% dos indivíduos tinham estado envolvidos em furtos, 33.3% em assassinatos, 16.7% em tráfico ou uso de drogas, 11.1% em agressões físicas, 5.6% em danos materiais e 5.6% em ameaças (Habigzang et. al., 2005 cit. In., Cardoso, 2015).

Os principais motivos alegados pelo abusador para justificar o crime foram a perceção da vítima como uma pessoa adulta (i.e., capaz de ter relações sexuais; 31%), o desejo de ser o responsável pela iniciação da atividade sexual do menor (25%), questões religiosas (25%) e outros motivos (19%) (Habigzang et. al., 2005 cit. in., Cardoso, 2015).

Em suma, podemos concluir que os abusadores sexuais de menores são na sua maioria homens adultos, com idades compreendidas entre os 30 e os 40 anos de idade e que possuem vínculos afetivos e relações de confiança com a vítima (Habigzang et. al. 2005, cit. in., Cardoso, 2015). Este ato ocorre principalmente em contexto de ambiente familiar e, geralmente, é perpetrado pelo pai ou o padrasto. Foram ainda destacados como fatores de risco, fatores familiares, o consumo de substâncias (como o álcool ou drogas), o desemprego (que potencia uma maior disponibilidade para assumir os cuidados do menor) e as conseqüentes dificuldades económicas (Farrington, 1990).

2.8 Cifras Negras

Os primeiros estudos levados a cabo na área da criminologia incidiam, predominantemente, sobre o homem ofensor, sendo este o género predominante no cometimento de delitos (Rossmo, 2000 cit. In., Costa, 2011). Apenas anos mais tarde a mulher delinvente passou a suscitar de um maior interesse e estudo por parte de diversas áreas científicas. (Cardoso, 2004 et. al., cit. In. Costa, 2011). Neste sentido, passou a existir uma alteração da perceção existente da mulher no quadro da criminalidade; isto é, esta deixou de ser vista como sendo unicamente uma vítima e passou a existir a possibilidade de esta, tal como o homem, vir a cometer crimes (Cardoso, et. al., 2004 cit. In., costa, 2011).

As ofensas perpetradas por mulheres, na perspetiva de Elliot (1994, cit. In., Pereira, 2019), sempre foram vistas como pouco significativas. Esta perceção levou a que a mulher (i.e., que viesse a cometer delitos), nos discursos tradicionais da criminologia, passasse a ser vista como “louca e doente” e como uma “dupla transgressora”, uma vez que, além de infringir a lei, esta também transgredia os papéis sociais e condutas esperadas por parte de cada um dos géneros (Munice, 1996 cit. in., Pereira, 2019). Estas crenças contribuíram drasticamente para o enviesamento do pensamento da sociedade e principalmente dos profissionais, que achavam impossível as mulheres poderem abusar sexualmente de crianças. O problema do reconhecimento e identificação do género feminino como perpetradoras de abusos sexuais de crianças (devido aos papéis sociais que estas exerciam e a questões culturais) era assim um grave entrave para o reconhecimento da criminalidade feminina (Gelsthorpe, et. al., 2008, cit. In., Costa, 2011).

Desde a década de 60, diversos estudos examinaram a prevalência (i.e., o número de indivíduos que relataram terem sido vítimas de abuso sexual em um determinado período) do abuso sexual de crianças, e verificaram a existência do envolvimento de mulheres como perpetradoras destes tipos de abuso (e.g., Finkelhor, 1984; Etherington, 1995; Johnson & Shrier, 1987 cit. in., Pereira, 2019). Embora os abusos sexuais perpetrados por mulheres não sejam tão frequentes em relação ao género masculino, as taxas de prevalência indicam que abuso sexual de menores perpetrados por mulheres representam entre 5% a 20% de todos os crimes sexuais (Gannon & Rose, 2008; Saradjian, 2010 cit. In., Pereira, 2019). Contudo, é necessário ter em atenção que a prevalência de abusos sexuais levados a cabo por mulheres, em estudos de vitimização,

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

difere consideravelmente da percentagem de mulheres ofensoras identificadas ou condenadas (Pereira, 2019).

As faltas de informação sobre este tópico pode surgir, (além das questões culturais e sociais): da maior facilidade de as mulheres ocultarem situações abusivas pelas funções que frequentemente lhes são atribuídas (e.g., prestadora de cuidados); do facto de as vítimas, por vezes, serem adolescentes do sexo masculino que apresentam dificuldades em identificar a relação abusiva; e do facto de esta correr, frequentemente, no meio intrafamiliar e, derivado a isso, existir uma maior dificuldade no relato (Gannon, et. al., 2008 cit. In., Costa, 2011).

Neste sentido, as estatísticas oficiais dos crimes de cariz sexual apresentam números bastante subestimados isto porque, na verdade, estes tipos de comportamentos são menos denunciados, contribuindo assim para um aumento das “cifras negras”.

As “cifras negras” do crime (i.e., os crimes que não são reportados às autoridades) são um entrave para a obtenção dos números reais, tornando as taxas de prevalência dos crimes sexuais de difícil obtenção (Vieira, 2010). Estes comportamentos, são cada vez menos reportados às autoridades devido a um conjunto de diversos fatores, tais como: o facto de a vítima ser muito nova; a intimidação da vítima, por parte do ofensor; o ofensor fazer parte do seio familiar ou do núcleo de amigos; o stress que o processo judicial origina, podendo afetar ainda mais a vítima (vitimação secundária, Vieira, 2010).

As estatísticas oficiais do ano de 2021, registam a existência de 828 crimes relacionados com abuso sexual de menores, tendo apenas 351 desses processos sido encerrados. No seguimento destes processos foram condenados 280 homens e 12 mulheres, verificando-se que apenas 4.11% dos condenados eram do sexo feminino. Verificou-se ainda que a faixa etária com mais condenados por este crime foi dos 30 aos 64 anos (DGPJ, 2021).

Dos dados divulgados pela APAV, referentes ao ano de 2022, foram denunciados 1356 casos de Crimes sexuais contra crianças e jovens, representando 4.9% da totalidade das denúncias recebidas pela APAV. Este tipo de crime foi o 2º crime mais denunciado à APAV, ficando apenas atrás do crime de violência doméstica (APAV, 2022).

Apesar das estatísticas apresentadas não espelharem a realidade no que diz respeito à prevalência dos crimes de abuso sexual de menores, estas alertam para a necessidade de um maior desenvolvimento no estudo deste fenómeno.

Capítulo II – Estudo Empírico

Finalizado o enquadramento teórico, será necessário apresentar o planeamento do estudo empírico. Neste segundo capítulo serão abordados aspetos como: a metodologia a aplicar, os objetivos e hipóteses do estudo, bem como os instrumentos, amostra, materiais utilizados e o procedimento adotado. Como conclusão será apresentada uma discussão de resultados esperados, bem como possíveis limitações que possam surgir.

1.1 Objetivos e hipóteses

Como referido inicialmente, o presente projeto de graduação tem como objetivo geral, compreender *as diferenças na expressão dos traços de psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores*. Assim sendo, a partir deste objetivo geral, foram delineados alguns objetivos específicos, aos quais a presente investigação procura dar resposta:

- i. Compreender as diferenças de género existentes a nível da expressão de traços psicopáticos;
- ii. Compreender as diferenças de género no construto da *desinibição* em indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores;
- iii. Compreender as diferenças de género no construto da *ousadia* em indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores;
- iv. Compreender as diferenças de género no construto da *malvadez* em indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores;
- v. Compreender de que forma o perfil do abusador sexual de menores varia no que concerne ao sexo do ofensor.

Delineados os objetivos específicos, importa elencar algumas hipóteses que se pretendem testar no âmbito desta investigação:

- i. Os reclusos do sexo masculino apresentam, níveis mais elevados de *desinibição* do que os reclusos do sexo feminino;
- ii. Os reclusos do sexo masculino apresentam, níveis mais elevados de *ousadia* do que os reclusos do sexo feminino;

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

- iii. Os reclusos do sexo masculino apresentam, níveis mais elevados de *malvadez* do que os reclusos do sexo feminino;
- iv. Os reclusos do sexo masculino são, tendencialmente, mais velhos do que os indivíduos do sexo feminino;
- v. Explorar as diferenças de género na psicopatia, em interação, com as características (i.e., nível de escolaridade, histórico criminal, ocupação laboral, vínculo afetivo com a vítima) do perfil do abusador sexual de menores;

1.2 Método

A presente investigação configura-se uma investigação de cariz quantitativa, com recurso à aplicação de questionários e escalas, para explorar as diferenças inter-genero na psicopatia em indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores, dando especial destaque aos traços de psicopatia, às características relacionadas com o perfil do abusador sexual de menores, assim como a outras variáveis sociodemográficas que contribuam para os fatores de risco. Deste modo, estamos perante um estudo exploratório, com uma investigação descrita como comparativa (i.e., entre géneros) e correlacional. Neste sentido, procura-se explorar e compreender a relação entre as variáveis apresentadas, com o intuito de contribuir para a expansão do conhecimento empírico no tema. Os resultados deste estudo poderão auxiliar na intervenção de reclusos condenados pelo crime de abuso sexual de menores, através de uma compreensão mais profunda das necessidades de intervenção específicas deste tipo de ofensores (i.e., ofensores que têm traços de psicopatia).

1.3 Participantes

No que respeita à amostra que se pretende integrar nesta investigação, esta seria composta por reclusos dos diversos Estabelecimentos Prisionais de todo país. Devido ao facto de não existirem muitos estabelecimentos prisionais femininos, não nos poderíamos centrar numa zona específica do país. Para além disso, devido ao facto da investigação se focar nas diferenças de género no crime de abuso sexual de menores, será de esperar um universo reduzido de reclusas nesta situação. Neste sentido, pretende-se incluir todos os

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

indivíduos disponíveis que correspondam aos critérios estabelecidos. Deste modo, não será necessária a aplicação de técnicas de amostragem.

De maneira a garantir resultados de relevo, seria de esperar um número amostral equivalente inter-género (e.g., $N = 80$; 40 indivíduos do género masculino e 40 indivíduos do género feminino). No entanto, devido às diferenças no que diz respeito à incidência deste tipo legal de crime em homens e mulheres, um número equivalente de participantes em ambos os grupos poderia não ser a melhor solução a nível da representatividade dos resultados obtidos. No que diz respeito aos critérios de inclusão/exclusão, serão incluídos na amostra:

- i. Reclusos do género feminino e masculino condenados pelo crime de abuso sexual de menores;
- ii. Exclusão de indivíduos considerados inimputáveis pelo Sistema de Justiça;

1.4 Instrumentos

Como referido inicialmente, para cumprir os objetivos delineados da investigação proposta, serão utilizados questionários e escalas psicométricas para estudar as variáveis definidas. Neste sentido, será utilizada a Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM – Triarchic Psychopathy Measure), sendo utilizada a versão portuguesa de investigação (Vieira, Almeida, Ferreira-Santos, Moreira, Barbosa & Marques-Teixeira, 2014 (Anexo A), e um formulário referente a questões individuais e sociodemográficas.

- i. Formulário individual de dados sociodemográficos

O formulário será constituído por questões de resposta rápida acerca da idade, estado civil, habilitações literárias, histórico criminal, consumo de substâncias, possui vínculos afetivos com a vítima e ocupação laboral.

- ii. Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM; Patrick, 2010)

A TriPM é uma medida de autorrelato, composta por 58 itens, e que tem como objetivo medir, individualmente, cada componente da psicopatia (i.e., *desinibição*, *ousadia* e *malvadez*). Esta possui um formato de resposta de quatro opções: verdadeiro; moderadamente verdadeiro; falso;

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

moderadamente falso. Cada participante terá de analisar um conjunto de perguntas e responder de acordo com a sua opinião (Patrick, 2010).

A escala que avalia o construto da *ousadia* é composta por 19 itens e foca-se em tendências resultantes da ausência de medo (e.g. dominância social, capacidade de persuasão, resiliência, autoconfiança, espírito de aventura, coragem e tolerância ao inesperado; Patrick, 2010). A escala que avalia o construto da *desinibição* integra 20 itens, e pretende medir elementos como a irresponsabilidade, impulsividade, fraca habilidade de planeamento, alineação, baixa confiabilidade e as tendências para o aborrecimento (Patrick, 2010). Por sua vez, a escala que avalia o construto da malvadez é composta por 19 itens e evidencia o défice de empatia, agressividade (e.g., física e destrutiva), procura de sensações e a desonestidade (Patrick, 2010).

1.5 Procedimento

Relativamente aos procedimentos inerentes ao estudo a ser realizado, o projeto será submetido à apreciação da Comissão de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa. Uma vez obtido o parecer favorável, será necessário desenvolver e submeter um requerimento formal de autorização à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais para a recolha de dados nos estabelecimentos prisionais. No requerimento serão descritos, detalhadamente, todos os objetivos do estudo, o protocolo experimental, os instrumentos que irão ser utilizados, assim como todos os estabelecimentos prisionais a visitar. Após um parecer favorável da DGRSP, será necessário estabelecer contacto com os estabelecimentos prisionais para o agendamento da aplicação dos questionários, mediante a disponibilidade das diferentes instituições. É ainda necessário questionar quantos indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores poderíamos contar para a investigação dentro de cada EP selecionado.

Todos os participantes serão previamente contactados, com o objetivo de os informar relativamente aos objetivos e procedimentos de estudo, e ainda que a sua participação é totalmente voluntária, não trazendo qualquer prejuízo ou benefício na sua situação jurídica. Importa ainda explicar a importância da participação de cada um dos reclusos para a realização e conclusão deste projeto. É ainda garantida a total confiabilidade e anonimato dos dados recolhidos e de todo o processo de participação. Importa salientar

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

que os participantes serão informados de que poderão desistir a qualquer momento, caso não se sintam confortáveis com as perguntas colocadas. Neste sentido, após o esclarecimento de todas as dúvidas que possam surgir, o recluso será convidado a assinar um formulário de consentimento informado (Anexo B).

Após todos os procedimentos formais, serão administrados o formulário sociodemográfico e a escala TriPM, em formato de autopreenchimento em grupos de 2 indivíduos numa sala sem supervisão dos guardas prisionais. Cada sessão efetuada demorará cerca de 20/25 minutos. É importante salientar que todas as dúvidas que surjam durante o preenchimento do questionário serão prontamente esclarecidas pelo investigador.

Findo o processo de recolha de dados, estes serão inseridos numa base de dados criada no *software* Microsoft Excel, sendo posteriormente transferidos para o *software* estatístico IBM SPSS Statistics 25, onde serão desenvolvidos *teste t de student* para fazer as comparações inter-género, análises de correlação de *spearman* (para avaliar possíveis relações de variáveis de interesse) e análises de regressão para confirmar modelos de teor preditivo.

1.6 Discussão de resultados esperados

De acordo com a literatura, espera-se que os reclusos que apresentem níveis mais elevados de psicopatia apresentem uma maior tendência para cometer crimes violentos (Neumann & Hare, 2008).

O construto da desinibição é caracterizado por défices ao nível do controlo dos impulsos e afetividade negativa o que, conseqüentemente, poderá resultar em comportamentos e atitudes negativas (Krueger, et. al., 2007). A desinibição, encontra-se de igual modo ligada a externalização de comportamentais (e.g., impaciência, irresponsabilidade, desprezo, comportamento agressivo e ainda a uma tendência para problemas aditivos; Krueger, et. al., 2007). De acordo com a literatura, a expressão da psicopatia nos homens está mais associada a comportamentos externalizantes (Skeem et. al., 2011), já nas mulheres está associada a comportamentos mais internalizantes (Verona, et. al., 2005). Neste sentido os indivíduos do género masculino expressariam, com maior frequência, défices no controlo dos impulsos, apresentando uma maior propensão para os comportamentos violentos, assim sendo, estes indivíduos irão perpetrar os abusos, de forma mais violenta do que a mulher. Posto isto, é espectável que os reclusos do sexo

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

masculino apresentem, geralmente, níveis mais elevados de *desinibição* do que os reclusos do género feminino.

Por sua vez, o construto da *ousadia* exprime-se através de características como ausência de medo, propensão para a aventura e postura social, baixa reatividade ao *stress* e pela procura de sensações (Patrick, et. al., 2009). Neste sentido, e de acordo com as hipóteses apresentadas, uma vez que as mulheres tendem a envolver-se em comportamentos autodestrutivos, suicidas e apresentam sintomas mais internalizantes (e.g., ansiedade, depressão; Verona et. al., 2005), especula-se que os reclusos do sexo feminino apresentem, geralmente, níveis mais baixos de *ousadia* aquando comparados aos com os participantes do sexo masculino. Deste modo, as mulheres têm a tendência a fugir de situações que potenciem *stress*, o que vai contra as características fundamentais da ousadia (Rogstad & Rogers, 2008).

O construto da malvadez, caracteriza-se por défices ao nível da empatia e da sensibilidade para com o outro, desprezo, comportamento de rebeldia, assim como relações emocionais superficiais (Patrick et. al., 2009). A nível comportamental este construto exprime-se através da arrogância, competitividade agressiva, da exploração do outro para gratificação própria, sem ter em conta as consequências que possam advir dos seus atos, assim como o confronto e desafio com à autoridade (Skeem et. al., 2011). Este construto associa-se a elementos como a ausência de emoções, frieza emocional e o antagonismo. Neste sentido, e indo ao encontro com o que a literatura afirma, os indivíduos do sexo masculino apresentam padrões de superficialidade e grandiosidade, assim como uma tendência para a procura de atividade sexual ou sensações, em prol da auto-gratificação e como tal agem de forma mais violenta e manipuladora (Quinsey, 2002). Os abusadores sexuais do sexo apresentam comportamentos mais sádicos e malvados do que as mulheres, assim neste sentido, ao praticarem os abusos sexuais vão considerar os seus comportamentos como adequados e não irão sentir qualquer sentimento real culpa ou remorso pelo sucedido. Posto isto, especula-se que os reclusos do sexo masculino apresentem, geralmente, níveis mais elevados de *malvadez*, a quando comparados com os reclusos do sexo feminino.

No que concerne ao perfil do abusador sexual de menores, a literatura é consensual, afirmando que este tipo de crime é geralmente perpetrado por indivíduos do sexo masculino (Koçurk & Yuksel, 2019; Mateus, 2012). Atribuindo assim a figura masculina ao perfil do agressor sexual.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

No que diz respeito à idade do ofensor, existem algumas variações na literatura. Contudo, de uma forma genérica, pode-se concluir que no sexo masculino estes apresentam maioritariamente uma idade compreendida entre os 30 e os 40 anos. Já no género feminino verificou-se que a maioria das agressoras tinham idades compreendidas entre os 20 e os 24 anos (Martins et. al., 2010, cit.in., Cardoso, 2015). Neste sentido, especula-se que os reclusos condenados pelo crime de abuso sexual de menores do sexo masculino são, tendencialmente, mais velhos do que os indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual do género feminino.

Através da pesquisa realizada é evidente a escassez de investigações que dizem respeito ao papel da mulher como agressora sexual; neste sentido os resultados especulados vão se focar maioritariamente nos homens.

Relacionando o abuso sexual com a psicopatia, a literatura afirma que os abusadores sexuais, de forma genérica, não apresentam sentimento de culpa ou remorso pelos seus atos e, neste sentido, utilizam estratégias de manipulação sobre a vítima de modo a obterem gratificação pessoal (Hanson & Morton-Bourgon, 2004.) Estes são ainda associados a diversos comportamentos agressivos, comportamentos esses que são caracterizados pelo défice do controlo dos impulsos, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, mudança repentina de humor e a agressão reativa (Hanson & Morton-Bourgon, 2004). Neste sentido, especula-se que os reclusos com níveis mais elevados de desinibição e malvadez terão uma maior tendência para o cometimento destes crimes.

No diz respeito à trajetória de vida do agressor sexual, a exposição a situações de abuso na família durante a infância, assim como fraca regulação parental e condições familiares precárias, são preditores do desenvolvimento da psicopatia, especialmente ao nível comportamental antissocial e impulsivo (Farrington, 2003).

Sendo o abuso sexual de menores um assunto tão mediático, torna-se urgente fazer face a esta problemática. Neste sentido, através dos resultados deste estudo, será possível desenvolver uma intervenção mais eficiente e eficaz nos indivíduos com traços de psicopatia, em ambos os géneros, reduzindo, deste modo, a reincidência em crimes desta natureza. A expressão destes traços de personalidade, presentes nestes indivíduos, poderão ser um importante fator na compreensão da natureza psicocriminogénica do abuso sexual de menores, e por isso há que ser estudada. Os abusos sexuais, são problemas sociais que requerem especial atenção e cuidado contínuo e permanente. Os resultados obtidos poderão auxiliar, também na planificação de estratégias de prevenção de recaídas e sinalização de comportamentos de risco.

1.7 Limitações esperadas

No desenvolvimento da presente investigação antecipam-se algumas limitações:

- i. O acesso aos Estabelecimentos Prisionais é de grande complexidade, uma vez que, envolve um minucioso processo de autorizações para o desenvolvimento da investigação;
- ii. O universo de estudo é bastante reduzido, e conseqüentemente, de difícil acesso. Contudo, apesar de existirem poucos casos, e tendo em conta as características previamente definidas, ao selecionar todos os casos existentes ter-se-ia uma amostra representativa deste universo;
- iii. A reduzida existência de Estabelecimentos Prisionais Femininos iria implicar diversas deslocações e elevados custos. Uma possível solução para a resolução deste entrave seria, após uma previa autorização, estabelecer contacto com algum investigador da área e, deste modo propor auxílio na aplicação dos materiais. Outra forma viável e de modo a ter um maior controlo dos gastos que as diversas deslocações implicariam seria a candidatura do projeto a uma bolsa de financiamento;
- iv. Embora não se excluam os participantes analfabetos da análise, estes poderiam ser um entrave à aplicação de questionários e das escalas. Nesse sentido, uma possível solução para superar esta limitação seria auxiliar esses indivíduos no preenchimento dos materiais propostos e, dessa forma, garanti uma menor taxa de exclusão de um universo de estudo já em si reduzido;
- v. Tendência para respostas de acordo com a desejabilidade social e o interesse individual dos participantes. Será necessário garantir ao participante da confiabilidade e anonimato das suas respostas, assegurando-o da confiabilidade das respostas e da importância de um preenchimento honestos dos materiais.

Considerações finais

Ao longo da elaboração deste projeto, concluiu-se, que a psicopatia é um construto psicológico, que se tem vindo a formar ao longo de décadas, com base em diversas opiniões clínicas e científicas, contudo esta definição reveste-se de grande complexidade e grande divergência e por isso continua a ser vastamente estudada. Este é ainda um fenómeno de extrema importância e utilidade para a descrição de determinados padrões emocionais e comportamentais. A nível das diferenças de género, este fenómeno manifesta-se de forma diferente entre ambos os sexos, sendo que os homens apresentam um défice ao nível do controlo dos impulsos, que se pode traduzir em um comportamento antissocial e mais violento. As mulheres acabam por apresentar características mais histriónicas, recorrendo ao uso da sedução e manipulação para obterem o que desejam, não fazendo assim uso da violência.

O abuso sexual de menores, como referido ao longo da literatura revista, é uma temática bastante complexa que evidencia grande dificuldade na sua prevenção e combate, acarretando consigo diversas consequências tanto para a vítima como para o ofensor. Estes ofensores sexuais são caracterizados, de forma genérica (visto não haver um perfil específico para caracterizar este tipo de ofensores), por apresentarem défices de processamento emocional, assim como comportamentos agressivos e violentos; características essas que se enquadram dentro de um conjunto de traços comumente associado á psicopatia. Deste modo, as características que definem o construto da psicopatia aquando associadas em contexto de abuso sexual de menores, podem gerar consequências mais nefastas e prejudiciais, tanto para a vítima como para o ofensor. Importa ainda salientar que o problema do reconhecimento e identificação do género feminino como perpetradoras de abusos sexuais de crianças (devido as funções que estas exercem) é um grave entrave para o reconhecimento da criminalidade feminina. Neste sentido, importa estudar a possível ligação entre os diferentes traços de psicopatia e o abuso sexual, em ambos os géneros.

A proposta de investigação apresentada, tem o intuito de expandir e aprofundar conhecimentos, assim como dar a conhecer as diferenças na expressão de traços de psicopatia em ambos os géneros. (i.e., masculino e feminino).

Referências Bibliográficas

Achenbach, T. M., & Edelbrock, C. S. (1978). The classification of child psychopathology: A review and analysis of empirical efforts. *Psychological Bulletin*, 85(6), 1275–1301. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.85.6.1275>

Almeida, F. & Paulino, M. (2013). Caracterização dos Abusadores Sexuais de Crianças. In: Paulino, M. (Ed.). *Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses: perspetivas atuais*. 2ª Edição. Lisboa: PACTOR, pp. 361-376.

American Psychiatric Association. (1968). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (2nd ed.). Washington, DC: Author.

Araújo, M. (2007). O psicopata e o senso moral. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2618/2/20360840.pdf>>

Arrigo, B.A., & Shipley, S. (2001). The confusion over psychopathy (I): historical considerations. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 45(3), 325-344. <https://doi.org/10.1177/0306624x01453005>

Associação portuguesa de Apoio à Vítima (2022). *Estatísticas APAV Relatório Anual de 2022*. [Em linha]. Disponível em https://apav.pt/apav_v3/images/press/Estatisticas-APAV_Relatorio-anual-2022.pdf

Blackburn, R. (1998). Psychopathy and personality disorder: Implications of Interpersonal theory. In D. J. Cooke, A. E. Forth, & R. D. Hare (Eds.), *Psychopathy: Theory, research, and implications for society* (pp. 269-301). Dordrecht, Netherlands: Kluwer.

Blackburn, R. (2006). Other theoretical models of psychopathy. In C. J. Patrick (Ed.), and book of psychopathy (pp. 35–57). New York, NY: Guilford Press.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Blackburn, R. (2009). Subtypes of psychopaths. In M. McMurrin & R. C. Howard (Eds.), *Personality, personality disorder and violence* (pp. 113–130). West Sussex, UK: John Wiley & Sons.

Blackburn, R., Logan, C., Donnelly, J., Renwick, S. J. D. (2008). Identifying psychopathic subtypes: Combining an empirical personality classification of offenders with the Psychopathy Checklist-Revised. *Journal of Personality Disorders*, 22(6), 604-622. <http://doi.org/10.1521/pedi.2008.22.6.604>

Bordin, I. e Offord, D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento antissocial, *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 22 (Supl II):12-5.

Braz, J. (2015). *Pedofilia. O silêncio dos inocentes...* . [Em linha]. Disponível em http://www.acad-ciencias.pt/document-uploads/1014241_braz,-jose---pedofilia.-o-silencio-dos-inocentes....pdf

Calheiros, M. (2013). Psicopatia e perversão: características comuns e diferenciais, processo de passagem ao ato e perfil criminal. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2561/1/17829.pdf>

Cantero, F. (1993).? Quién es el psicopata? In V. Garrido Genovés (Org.). *Psicópata: Perfil psicológico y reeducación del delincuente más peligroso* (pp. 16-46) Valencia: Tirant lo Blanch.

Cardoso, D, (2015). Abuso Sexual Infantil: Artigo de revisão. [Em linha]. Disponível em <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/33713/1/Abuso%20Sexual%20Infantil%20%20FMUC%20%202016%20Diana%20Cardoso.pdf>

Cardoso, R. (2020) Indicadores de Psicopatia em Adolescentes com Medida de Internamento. [Em linha]. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/9211/1/DM_23785.pdf

Carmo, R., Alberto, I. & Guerra, P. (2006). *O Abuso Sexual de Menores: Uma Conversa sobre Justiça entre o Direito e Psicologia* (2ªed.). Coimbra, Almedina

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Carvalho, J. (2011). Fatores de vulnerabilidade para a Agressão Sexual. Universidade de Aveiro. Departamento de Investigação.

Cleckley, H. (1941/1976). *The mask of sanity* (5th ed.). St. Louis: Mosby.

Cleckley, H. (1988). *The Mask of Sanity Fifth Edition: private printing for non-profit educational use*. C.V. Mosby Co.

Código Processo Penal Português, Lei nº 48/2007 de 29 de Agosto, Diário da República, 1.a série, nº 166, 2007.

Cooke, D. J., & Michie, C. (2001). Refining the construct of psychopathy: Towards a hierarchical model. *Psychological Assessment*, 13(2), 171-188.
<https://doi.org/10.1037/1040-3590.13.2.171>

Direção-Geral da Política da Justiça (2022). Estatísticas da Justiça. [Em linha]. Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Abuso_sexual_menores.aspx

Evangelista, S. (2015). Psicopatia, Personalidade e Expressividade Emocional. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/6815>

Evans, L., & Tully, R. J. (2016). The Triarchic Psychopathy Measure (TriPM): Alternative to the PCL-R? *Aggression and Violent Behavior*, 27, 79– 86.
<https://doi.org/10.1016/j.avb.2016.03.004>

Fávero, M. (2003). Sexualidade Infantil e Abuso Sexuais de Menores (1ªed.). Lisboa, Climepsi Editoras.

Furniss, Tilman. (1993) Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Tradução: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, p. 10.

GOMES, Cema Cardona; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de. Psicopatia em homens e mulheres. *Arquivos brasileiros de psicologia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, p. 13-21, abr. 2010. Disponível em

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100003&lng=pt&nrm=iso>

Gonçalves, R. A. (1999b). *Personalidade: O lado anti-social*. *Psychologica*, 22, 83-101.

Gonçalves, R. A. (2002). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*, Quarteto. Lisboa.

Guilén-Caicedo, M (2020). Traços da Personalidade Psicopática e Juízo moral Utilitarista. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130720/2/432878.pdf>

Guímaro, C. (2019). Abuso Sexual de Crianças: Uma Proposta de Intervenção em Meio Escolar. Projeto de Graduação. Universidade Fernando Pessoa.

H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000200004>

Habigzang, F. L. (2006). *Avaliação e Intervenção Psicológica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar*. (Tese de Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2006). Terapia cognitivo-comportamental e promoção de resiliência para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller & M. A. M. Yunes (Eds.), *Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 233-258.

Hall, J. R., Benning, S. D., Patrick, C. J. (2004). Criterion-related validity of the three-factor model of psychopathy: Personality, behavior, and adaptive functioning. *Assessment*, 11(1), 4–16. <https://doi.org/10.1177/1073191103261466>

Hamburger, M. E., Lilienfeld, S. O., & Hogben, M. (1996). Psychopathy, gender, and gender roles: Implications for antisocial and histrionic personality disorders. *Journal of Personality Disorders*, 10, 41–55. DOI: <https://doi.org/10.1521/pedi.1996.10.1.41>

Hanson, R., K., & Morton-Bourgon, E. K. (2005). The characteristics of persistent sexual offenders: A Meta-Analysis of Recidivism Studies. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73, 6, 1154–1163.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Hare, R. D. (1980). A research scale for the assessment of psychopathy in criminal populations. *Personality and Individual Differences*, 1, 11-119. DOI: [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(80\)90028-8](https://doi.org/10.1016/0191-8869(80)90028-8)

Hare, R. D. (1991). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised*. Toronto, Ontario, Canada: Multi-Health Systems.

Hare, R. D. (1999). *Without conscience: The disturbing world of the psychopaths among us*. Guilford Press.

Hare, R. D. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised* (2nd ed.). Toronto, Ontario, Canada: Multi-Health Systems.

Hare, R. D., & Neumann, C. N. (2006). The PCL-R assessment of psychopathy: Development, structural properties, and new directions. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 58– 88). New York, NY: Guilford.

Hare, R., & Neumann, C. (2008). Psychopathy as a clinical and empirical construct. *Annual Review of Clinical Psychology*, 4, 217-246. doi:10.1146/annurev.clinpsy.3.022806.091452

Hare, R., Harpur, T., Hakstian, A., Forth, A., Hart, S., & Newman, J. (1990). The revised psychopathy checklist: reliability and factor structure. *Psychological Assessment*, 2, 338-341

Hauck Filho, N., Teixeira, M. A & Almeida, R. M. (2014). Estrutura fatorial da escala Pshychoopathy *Checklist-Revised* (PCL-R): uma revisão sistemática. *Avaliação Psicológica*, 2014, 13(2), pp. 247-256.

Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. & Dias, A. C. G. (2012). Psicopatia: uma perspectiva dimensional e não-criminosa do construto. *Avances en Psicología Latinoamericana*,

Hauck Filho, N., Teixeira, M. A. & Garcia Dias, A. C. (2009). PSICOPATIA: O CONSTRUTO E SUA AVALIAÇÃO. *Avaliação Psicológica*, 8(3), pp. 337- 346.

Hirshfeld-Becker, D. R., Biederman, J., Faraone, S., Violette, H., Wrightsman, J., Rosenbaum, J. F. (2002). *Temperamental correlates of disruptive behavior disorders in*

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

young children: Preliminary findings. *Biological Psychiatry*, 51(7), 563– 574.
[https://doi.org/10.1016/s0006-3223\(01\)01299-9](https://doi.org/10.1016/s0006-3223(01)01299-9)

Iaralha. L., (2015). Fatores de risco subjacentes à delinquência juvenil [Em linha]. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4906/1/PG_LaísIaralha.pdf

Koch, J. L. A. (1891). *Die psychopathischen Minderwertigkeiten [The psychopathic inferiorities]*. Ravensburg, Germany: Dorn.

Krueger, R. F. (1999b). The structure of common mental disorders. *Archives of General Psychiatry*, 56(10), 921–926. <https://doi.org/10.1001/archpsyc.56.10.921>

Krueger, R. F., Markon, K. E., Patrick, C. J., Benning, S. D., & Kramer, M. D. (2007). Linking antisocial behavior, substance use, and personality: *An integrative quantitative model of the adult externalizing spectrum*. *Journal of abnormal psychology*, 116(4), 645. <https://doi.org/10.1037/0021-843x.116.4.645>

Lilienfeld, S. O., & Fowler, K. A. (2006). The self-report assessment of psychopathy: Problems, pitfalls, and promises. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 107–132). New York, NY: Guilford Press.

Lillienfeld, S., Patrick, C., Benning, S. Berg, J., Sellbom, M. & Edens, J. (2012). The role of fearless dominance in psychopathy: Confusions, controversies, and clarifications. *Personality Disorders*, 3 (3), 327-340.

Lima, R. (2021). A psicopatia e a diferença entre os géneros. [Em linha]. Disponível em <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/1811400167.pdf>

Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale, NJ: Erlbaum. doi: <https://doi.org/10.4324/9780203763551>

Maduro. A, (2015). Crimes sexuais: caracterização do agressor e variáveis associadas ao tipo de crime. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/86448/2/158841.pdf>

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Maia, C. (2016). Proposta de avaliação de traços psicopáticos em indivíduos condenados pelo crime de abuso sexual de menores intrafamiliar. [Em linha]. Disponível em https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/5637/1/PG_Cláudia%20Maia.pdf

Mathieu, C., Hare, R. D., Jones, D. N., Babiak, P., & Neumann, C. S. (2013). Factor structure of the B-Scan 360: A measure of corporate psychopathy. *Psychological Assessment*, 25(1), 288–293. <https://doi.org/10.1037/a0029262>

McCord, W., & McCord, J. (1964). *The psychopath: An essay on the criminal mind*. Princeton, NJ: Van Nostrand

Monteiro, D. (2012). *Crimes sexuais contra crianças: pedófilo vs. molestatador sexual*. [Em linha]. Disponível em <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0640.pdf>>.

Monteiro, R. (2014). Entendendo a psicopatia: contribuição dos traços de personalidade e valores humanos. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7564/2/arquivototal.pdf>>

Moreira, D. et. al., Psicopatia no Feminino: Uma breve revisão da sua avaliação e subtipos. [Em linha]. Disponível em <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/82031/2/109281.pdf>

Nelson H., Marco Antônio P., & Ana Cristina G. "PSICOPATIA: O CONSTRUTO E SUA AVALIAÇÃO." *Avaliação Psicológica* 8, nº. 3 (2009):337-346. Redalyc, <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=335027282006>

Neumann, C. S., Hare, R. D., & Newman, J. P. (2007). The superordinate nature of the Psychopathy Checklist-Revised. *Journal of Personality Disorders*, 21(2), 102–117. <https://doi.org/10.1521/pedi.2007.21.2.102>

Nunes, L. M. (2009). Crime: psicopatia, sociopatia e personalidade anti-social. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 6, 152-161. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10284/1324>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, 2002.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Patrick, C. J. (2006). Back to the future: Cleckley as a guide to the next generation of psychopathy research. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 605–617). New York, NY: Guilford Press.

Patrick, C. J., & Drislane, L. E. (2015). Triarchic model of psychopathy: Origins, operationalizations, and observed linkages with personality and general psychopathology. *Journal of Personality*, 83(6), 627-643. <http://doi.org/10.1111/jopy.12119>

Patrick, C. J., Bernat, E. M. (2010). Neuroscientific foundations of psychopathology. In T. Millon, R. F. Krueger, & E. Simonsen (Eds.), *Contemporary directions in psychopathology: Scientific foundations of the DSM-V and ICD-11* (pp. 419–452). New York, NY: Guilford.

Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, 21(3), 913–938. <https://doi.org/10.1017/s0954579409000492>

Patrick, C. J., Hicks, B. M., Krueger, R. F., & Lang, A. R. (2005). Relations between psychopathy facets and externalizing in a criminal offender sample. *Journal of Personality Disorders*, 19(4), 339–356. <https://doi.org/10.1521/pedi.2005.19.4.339>

Paulino, M. (2009). *Abusadores Sexuais de Crianças – A verdade escondida*. Lisboa: Prime Books.

Pechorro, P. (2011). *Delinquência juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos*. Tese de Doutoramento em Ciências e Tecnologias da Saúde apresentada à Faculdade de Medicina de Lisboa.

Pereira, J. (2007). *Distorções cognitivas e agressão sexual: Estudo exploratório com agressores Intra e extrafamiliares*. (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto).

Pinel, P. (2007). *Tratado médico-filosófico sobre a alienação mental ou mania* (J.A. Galli, Trad.). Porto Alegre: Editora da UFRGS. (Original publicado em 1801).

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Quid Juris (2010). Código de Processo Penal e legislação complementar. Lisboa

Ribeiro, S. (2014). O abuso sexual entre menores: Uma abordagem entre o Direito e a Psicologia. [Em linha]. Disponível em <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7564/2/arquivototal.pdf>>

Roché, S. (2010). Delinquência, Família e desorganização social. Ousar Integrar, Revista de reinserção Social e prova, no 5,2010:9-22

Rodrigues, A. (2017). Caracterização psicopatológica dos abusadores sexuais de menores Intra versus extrafamiliares. [Em linha]. Disponível <https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/8283/1/TESE%20FINAL%20Ana%20Rodrigues%20com%20juri.pdf>

Rogstad, J. E., & Rogers, R. (2008). Gender differences in contributions of emotion to psychopathy and antisocial personality disorder. *Clinical Psychology Review*, 28, 1472-1484. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2008.09.004>

Sani, A. I. (2005). Abuso Sexual de Crianças: Características e Dinâmicas. *Revista do Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais*, série III, 123-132

Santos, D. (2017). Psicopatia – A relevância no contexto da (in)imputabilidade penal no ordenamento jurídico português. [Em linha]. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/51831/1/Diana%20Raquel%20Costa%20dos%20Santos.pdf>

Saraiva, C. (2015). A tutela dos interesses da vítima menor nos crimes de abuso sexual: dicotomia entre a proteção da vítima e punição do agressor. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/1180/1/Dissertação.pdf>

Seixas, M. (2014). Associações entre o modelo triárquico da psicopatia, as emoções, a moralidade e a delinquência em jovens adultos. [Em linha]. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/84825/2/31695.pdf>

Silva, S. (2018). A psicopatia desenvolvida a partir de abusos sexuais na infância: os reflexos na formação do ser. [Em linha]. Disponível em

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

<http://repositorio.unifametro.edu.br/bitstream/123456789/12/1/SONAIRA%20FERREIRA%20SILVA.pdf>

Silverthorn, P., & Frick, P. J. (1999). Developmental pathways to antisocial behaviour: The delayed-onset pathway in girls. *Development and Psychopathology*, 11, 101–126. DOI: 10.1017/S0954579499001972

Skeem, J. L., Mulvey, E. P., & Grisso, T. (2003). Applicability of traditional and revised models of psychopathy to the Psychopathy Checklist: Screening Version. *Psychological Assessment*, 15(1), 41-55. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.15.1.41>

Skeem, J. L., Polaschek, D. L. L., Patrick, C. J, Lilienfeld, S. O. (2011). Psychopathic Personality: Bridging the Gap Between Scientific Evidence and Public Policy. *Association for Psychological Science*, 12(3) 95–162. <https://doi.org/10.1177/1529100611426706>

Soeiro, C. (2006). Personalidade e psicopatia na seleção de polícias de investigação criminal. Tese de doutoramento não publicada, Área de conhecimento em Psicologia da Justiça. Braga: Universidade do Minho.

Soeiro, C. (2009). Perfis criminais e crime de abuso sexual de crianças: caracterização de uma tipologia para a realidade portuguesa. *Ousar. Integrar - revista de reinserção social e prova* nº 4, 49/63

Soeiro, C., & Gonçalves, R. A. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 28(1), 227–240. <https://doi.org/10.14417/ap.271>

Teixeira, Júlia Nunes de Souza, Resende, Ana Cristina, & Perissinotto, Rodrigo. (2021). Psicopatia e Autores de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 20(1), 111-121. <https://dx.doi.org/10.15689/ap.2021.2001.17724.12>

Torres, L. (2019). Vinculação, psicopatia e personalidade. [Em linha]. Disponível em <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/86529/1/Dissertação%20MIP%20-%20Vinculação,%20Psicopatia%20e%20Personalidade%20-%20Liliana%20Torres.pdf>>

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Verona, E., & Patrick, C. J. (2000). Suicide risk in externalizing syndromes: Temperamental and neurobiological underpinnings. In T. E. Joiner (Ed.), *Suicide science: Expanding the boundaries* (pp. 137–173). Boston, MA: Kluwer Academic Publishers.

Verona, E., Hicks, B. M., Patrick, C. J. (2005). Psychopathy and suicidal behavior in female offenders: Mediating influences of temperament and abuse history. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 73(6), 1065–1073. <https://doi.org/10.1037/0022-006x.73.6.1065>

Vieira, S. (2010). Ofensores Sexuais: Das Crenças ao Estilo de Pensamento. [Em linha]. Disponível em <http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/14246/1/Sandra%20Mónica%20de%20Almeida%20Vieira.pdf>

Wasserman, G. et alii. (2003). Risk and protective factors of child delinquency, *Child delinquency*. U.S. Department of Justice, Office of juvenile justice and delinquency prevention.

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

ANEXOS

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

Anexo A – Medida Triárquica da Psicopatia (TriPM – Versão portuguesa de investigação de Vieira, Almeida, Ferreira-Santos, Moreira, Barbosa, & Marques-Teixeira, 2014).

Instruções:

Este questionário contém afirmações que diferentes pessoas poderiam usar para se descreverem a si próprias. Cada afirmação é seguida por 4 opções:

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

Para cada afirmação, assinale com um **X** a opção que melhor o descreve. Não existem respostas corretas ou erradas; selecione **apenas** a que melhor o descreve.

Legenda:

[i] – Item invertido;

[EB] – Escala *Boldness*

[EM] – Escala *Meanness*

[ED] – Escala *Desinhibition*

Itens:

1. Sou mais vezes otimista do que o contrário. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

2. O modo como os outros se sentem é importante para mim. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

3. Ajo frequentemente com base em necessidades imediatas. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

4. Não tenho um grande desejo de saltar de paraquedas de um avião. [EB] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

5. Faltei frequentemente a coisas às quais prometi ir. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

6. Gostaria de estar envolvido numa perseguição de carro a alta-velocidade. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

7. Estou bem equipado para lidar com o stress. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

8. Não me importo se alguém de quem não gosto se magoa. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

9. As minhas decisões impulsivas causaram problemas com pessoas de quem gosto.

[ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

10. Assusto-me facilmente. [EB] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

11. Sou solidário com os problemas dos outros. [EM] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

12. Já faltei ao trabalho sem me preocupar em avisar. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

13. Sou um líder nato. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

14. Gosto de uma boa luta física. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

15. Atiro-me de cabeça para as coisas sem pensar. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

16. Tenho dificuldade em fazer com que as coisas resultem da forma que eu quero.

[EB] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

17. Eu retribuo insultos. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

18. No passado, meti-me em problemas porque faltei demasiado à escola. [ED] []

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

19. Tenho queda para influenciar as pessoas. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

20. Não me incomoda ver alguém sofrer. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

21. Tenho um bom autocontrolo. [ED] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

22. Funciono bem em situações novas, mesmo quando não estou preparado. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

23. Às vezes gosto de intimidar as pessoas. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

24. Já tirei dinheiro da carteira de alguém sem pedir. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

25. Não me considero talentoso. [EB] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

26. Provoco as pessoas só para agitar as coisas. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

27. As pessoas abusam frequentemente da minha confiança. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

28. Tenho medo de muito menos coisas do que a maioria das pessoas. [EB] []

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

29. Não vejo por que me preocupar se o que faço magoa alguém. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

30. Mantenho os compromissos que faço. [ED] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

31. Muitas vezes aborreço-me rapidamente e perco o interesse. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

32. Consigo ultrapassar coisas que traumatizariam os outros. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

33. Sou sensível aos sentimentos dos outros. [EM] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

34. Já enganei pessoas para obter dinheiro delas. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

35. Preocupo-me quando me meto numa situação que não me é familiar sem conhecer todos os detalhes. [EB] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

36. Não sinto muita empatia pelas pessoas. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

37. Meto-me em problemas por não considerar as consequências das minhas acções. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

38. Consigo convencer as pessoas a fazerem o que eu quero. [EB]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

39. Para mim, a honestidade é mesmo a melhor prática. [EM] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

40. Já magoei pessoas para as ver com dor. [EM]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

- 41. Não gosto de assumir a liderança de grupos.** [EB] [i]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 42. Às vezes insulto as pessoas de propósito para obter uma reacção delas.** [EM]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 43. Já tirei artigos de uma loja sem os pagar.** [ED]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 44. É fácil deixar-me envergonhado.** [EB] [i]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 45. As coisas são mais divertidas se houver um pouco de perigo envolvido.** [EM]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 46. Tenho dificuldade em esperar pacientemente por coisas que quero.** [ED]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 47. Mantenho-me tão longe do perigo físico quanto posso.** [EB] [i]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 48. Não me importo muito se o que faço magoa os outros.** [EM]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 49. Já perdi um amigo porque fiz coisas irresponsáveis.** [ED]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 50. Não sou muito bom comparado com a maioria das pessoas.** [EB] [i]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 51. Outras pessoas já me disseram que estavam preocupadas pela minha falta de autocontrolo.** [ED]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 52. É fácil para mim identificar-me com as emoções das outras pessoas.** [EM] [i]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 53. Já roubei alguém.** [ED]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 54. Nunca me preocupo em fazer “figuras tristes” em frente aos outros.** [EB]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 55. Não me incomoda quando as pessoas à minha volta estão a sofrer.** [EM]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso
- 56. Já tive problemas no trabalho porque fui irresponsável.** [ED]
 verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

57. Não sou muito bom a influenciar pessoas. [EB] [i]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

58. Já roubei alguma coisa de um veículo. [ED]

verdadeiro moderadamente verdadeiro moderadamente falso falso

Anexo B – Formulário de Consentimento Informado

Formulário de Consentimento Informado

No âmbito do projeto de Licenciatura em Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, o presente estudo tem como objetivo analisar um conjunto de elementos individuais (atitudes e traços de personalidade) para uma melhor compreensão de como se processa o comportamento humano. As informações serão recolhidas por meio de dois formulários (i.e., Variáveis Sociodemográficas; Medida Triárquica da Psicopatia) com a duração de 20/25 minutos. Salienta-se que a sua participação deve ser totalmente voluntária não trazendo qualquer benefício ou prejuízo que advenham do seu consentimento ou recusa de participar.

Os dados recolhidos destes questionários serão posteriormente tratados e estudados apenas em grupo e serão, exclusivamente, utilizados para fins da presente investigação científica. Garante-se confidencialidade e anonimato e não será transmitida qualquer tipo de informação a serviços externos ou internos do Estabelecimento Prisional em que se encontra.

A assinatura deste consentimento pressupõe que tomou conhecimento dos objetivos do estudo e respetivos procedimentos a realizar. Pressupõe também que concorda com a utilização das informações prestadas no âmbito da investigação.

Eu, _____ declaro que aceito participar voluntariamente na investigação e fui esclarecido/a dos objetivos deste trabalho. Foi-me transmitida a informação de que posso interromper a participação a qualquer momento e que a da minha participação não advém qualquer benefício ou prejuízo. Foi-me assegurado que os meus dados serão apenas tratados em grupo e que as informações não serão transmitidas para qualquer tipo de serviço externo e interno ao Estabelecimento Prisional em que me encontro. No âmbito desta investigação científica,

As Diferenças na expressão dos Traços de Psicopatia, inter-género, em indivíduos condenados pelo crime de Abuso Sexual de Menores

aceito que as minhas informações sejam recolhidas e analisadas para o tratamento de dados.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do participante:

Assinatura do investigador:
